



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

**DINÂMICA DE ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE**

Amanda de Andrade Marques

**João Pessoa-PB
2013**

AMANDA DE ANDRADE MARQUES

**DINÂMICA DE ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição. Área de Concentração em Ciências da Nutrição.

Orientadoras:

Profa. Dra. Alice Teles de Carvalho

Profa. Dra. Maria da Conceição R. Gonçalves

João Pessoa-PB

2013

M357d Marques, Amanda de Andrade.

Dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o caso do município de Araripe-CE / Amanda de Andrade Marques. -- João Pessoa, 2013.

90f. : il.

Orientadoras: Alice Teles de Carvalho, Maria da Conceição R. Gonçalves

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCS

1. Nutrição. 2. Alimentação escolar. 3. Agricultura familiar. 4. Alimentação adequada - direito humano. 5. Segurança alimentar. 6. Segurança nutricional.

UFPB/BC

CDU: 612.39(043)

AMANDA DE ANDRADE MARQUES

**DINÂMICA DE ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE**

Data da Defesa: João Pessoa, 19 de março de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria da Conceição Rodrigues Gonçalves
Orientadora
(PPGCN/CCS/UFPB)

Profa. Dra. Maria das Graças Melo Fernandes
Examinador Externo
(PPGEN/CCS/UFPB)

Prof. Dr. Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna
Examinador Interno
(PPGCN/CCS/UFPB)

Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite
Examinador Suplente Externo
(POSEDUC/UERN)

Profa. Dra. Maria José de Carvalho Costa
Examinador Suplente Interno
(PPGCN/CCS/UFPB)

Dedico esse trabalho a Deus, o provedor da vida, que por sua vontade me concedeu chegar até aqui. Á ele toda a minha gratidão. A minha mãe Ronderluce, por ser meu exemplo, minha inspiração e maior incentivadora. E a minha irmã Aline Marques por sua proteção e amor indispensáveis para suportar essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo infinito amor, por ter me permitido realizar esse sonho e por “segurar a minha mão” nos momentos de dificuldades. Sou grata a ele por colocar ao longo da vida, e em especial nesses anos de mestrado, pessoas indispensáveis a concretização desse momento. São elas:

À minha orientadora Alice Teles pela ideia de aprofundar o estudo da relação agricultura familiar e alimentação escolar. Obrigada por nunca ter duvidado da minha capacidade em realizar esse trabalho, por respeitar e ouvir as minhas sugestões. Pelo necessário esforço que fez para me fazer pensar, ler mais e aprofundar meu objeto de estudo. Tudo isso para mim foi um desafio, não sei se consegui, mas precisava de alguém que me impulsionasse a fazê-lo. Essa postura foi muito importante para concretizar a dissertação.

À minha co-orientadora Maria R. Conceição por aceitar o desafio de co-orientar esse trabalho tão distante de sua prática acadêmica, aceitando-o com carinho e dedicação inestimáveis. Por suas sábias contribuições ao longo de todo o processo de construção da dissertação e do artigo. Na convivência com Ceíça, aprendi que as vezes, a sabedoria não está no que se fala, mas na maneira com que se fala.

À minha avó Dona Neta pelo seu amor e por ter sido o instrumento pelo qual conheci o amor de Deus.

À mainha (Ronderluce), meu amor maior! A minha grande incentivadora, inspiradora e torcedora. Por ter me ensinado a correr atrás dos meus sonhos e nunca desistir daquilo que acredito, mesmo com todas as dificuldades. Essa conquista é mais dela do que propriamente minha.

À minha irmã e comadre Aline Marques, quero expressar minha profunda gratidão pelo abraço acolhedor, palavras de incentivo, momentos de descontração e por ser, além de irmã, minha grande amiga! Ao meu cunhado, Carlos Frederico, pelo cuidado e imenso carinho que tem comigo. Ao meu irmão Getulio Jr., mesmo sendo de poucas palavras, do seu jeito, torceu por mim e por minha realização.

À meu amor, Rodolfo Cunha, sou grata por seu carinho e companheirismo, pela paciência nos momentos de choro e desespero (e não foram poucos!), por compreender a minha ausência e pelas palavras de incentivo.

À todos os familiares. Em especial as minhas tias Rondarleide, Roneide, Ronivalda e Ronia Kézia. Embora estivessem longe em quilômetros não deixaram de se fazer presentes em amor e nas suas orações. Ao meu tio Flaviano, meu suporte familiar na Paraíba, pelo exemplo de vida e por me apoiar nos estudos. A sua esposa e amiga querida Lidiana, pelos conselhos cheios de afeto durante nossos cafezinhos com bolo nos finais de tarde.

Aos colegas de Mestrado Amandinha, Bruno e Janne parceiros com os quais pude compartilhar além de artigos científicos e apresentação de trabalhos, vivências do dia-a-dia e muita conversa fiada.

Aos grandes e eternos amigos “sapecas” da Graduação em Nutrição: Geisy, Sheilla, Carol, Anna Júlia, Kelly, Maria Eugênia, Nara, Nelson, Juliana, Renata e Laury. Agradeço por sonharem comigo a realização desse momento.

Aos amigos cearenses, em especial Ramom, Michelle, Jordiana, Amanda e Cecília. Por compreenderem a minha ausência e por me acolherem com o mesmo carinho quando retornava para casa.

Às amadas e companheiras de moradia, Raquel e Fernanda pelo companheirismo e amor, por tornarem meus dias mais leves, cheios de “açúcar e afeto” e por serem a minha “válvula de escape”.

Aos meus amigos e professores do projeto PINAB Ana Cláudia (Claude) e Pedro José (Pepeu), por todas as vivências na comunidade, rodas de conversas, visitas domiciliares. Por me fazerem sonhar e acreditar em uma Nutrição mais humana, que respeita o outro e integrada com a vida.

As contribuições da banca durante a qualificação. Ao Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite e ao Prof. Dr. Rodrigo Vianna agradeço a forma generosa e gentil com que aceitaram participar desse trabalho. À Prof^a. Dra. Maria das Graças Melo Fernandes, que esteve comigo na construção desse trabalho, principalmente no aprofundamento da metodologia e na discussão do artigo.

À Prefeitura Municipal de Araripe, nas pessoas de Heliane (Secretária de Educação), Rutemberg (Secretário de Agricultura), Valdeci (Técnico da EMATER) e Mariana (Nutricionista). A todos os funcionários da Secretaria de Agricultura e da EMATER pela compreensão, auxílio e apoio, oferecendo condições para realizar a pesquisa de campo.

Às pessoas que tão bem me receberam em Araripe: Agricultores familiares, gestores e merendeiras. Agradeço a atenção, a disponibilidade, o empenho durante as entrevistas e o carinho de todos.

À todos aqueles que direta ou indiretamente participaram e acreditaram que esse sonho seria possível.

“Nossos sonhos são grandes realizações pessoais, mas precisam, acima de qualquer outra coisa, ser um símbolo de glorificação ao nosso Deus”.

Allan Melo

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe há mais de 50 anos no Brasil, seu objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Ao longo de sua existência, o PNAE tem passado por modificações em sua operacionalização. Uma dessas modificações ocorreu em 2009, com a obrigatoriedade da inserção de produtos locais, da agricultura familiar e/ou de suas organizações, na alimentação escolar. Diante disso, pretende-se analisar a dinâmica de abastecimento dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar em Araripe-Ceará. Trata-se de um estudo de caso, realizado por meio de entrevista semiestruturada e observação *in loco* com registro em diário de campo. Os participantes do estudo foram catorze agricultores familiares fornecedores de gêneros alimentícios para as escolas, três presidentes de Associações de Agricultores Familiares, a Nutricionista responsável técnica pelo Programa de Alimentação Escolar, o Técnico da EMATER (entidade representativa dos agricultores familiares) a coordenadora local das compras da agricultura familiar para a alimentação escolar e uma diretora da escola selecionada. Para analisar as questões utilizou-se a análise de conteúdo temática, seguindo as seguintes fases Pré-análise, Exploração do material visando alcançar o núcleo de compreensão do texto, para se alcançar as categorias temáticas. Por fim, a Interpretação dos depoimentos, onde realizou-se a distribuição de duas categorias (dificuldades e benefícios na visão dos agricultores) e as reflexões que surgiram em torno dessas, ocorrendo, posteriormente a interpretação e discussão a luz do referencial teórico. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, sob o protocolo nº 0339/11. Observou-se que entre as dificuldades apontadas pelos agricultores familiares as mais recorrentes entre as falas estavam Pagamento, Transporte e Estrutura física. Quanto ao benefício, Oportunidade de trabalho e renda garantida. Dessa forma, percebe-se que analisar a dinâmica de abastecimento de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar é de grande valia, uma vez que é uma resolução recente e que os municípios ainda estão se adequando a esse novo sistema. Algumas alternativas foram criadas localmente para facilitar e incentivar as entregas dos agricultores e garantir que os alimentos cheguem nas escolas. Dentre elas, destaca-se a criação de um cronograma de entrega dos produtos da agricultura familiar; cardápios diferenciados para as escolas situadas na zona rural e urbana que recebem produtos da agricultura familiar; instalação de fábricas de alimentos processado, uma vez que esse município sofre com o clima seco na maior parte do ano e se faz necessário que outros produtos entrem na alimentação escolar; incentivo ao associativismo pela administração municipal, agregando, dessa maneira, valor ao produto final; parcerias com o SEBRAE, EMATER para capacitar agricultores. Percebe-se que as especificações determinadas em Lei e Resoluções dos órgãos competentes muitas vezes afastam-se da realidade dos municípios. É necessário que se crie meios para efetivar esse processo localmente para que alunos e agricultores sejam atingidos de forma satisfatória através dessa relação alimentação escolar e agricultura familiar.

Palavras-chave: Alimentação escolar, Agricultura Familiar, Direito Humano a Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The National School Nutrition Programme (PNAE) has existed for over 50 years in Brazil, its goal is to contribute to the growth and biopsychosocial development, learning, school performance and training healthy eating habits of students. Throughout its existence, the PNAE has undergone changes in its operation. One of these changes occurred in 2009 with the mandatory inclusion of local produce, family farming and / or their organizations in school meals. Therefore, we intend to analyze the dynamics of supply foodstuff Family Farming for the School Feeding Program in Araripe-Ceará. This is a case study, conducted through semi-structured interviews and observation spot with journaling field. Study participants were fourteen farmers suppliers of food to schools, three Presidents of Associations of Family Farmers, the nutritionist responsible for technical School Feeding Program, the Technical EMATER (organization representing family farmers) the local coordinator of purchases family farming for school feeding and school principal selected. To examine the issues used the thematic content analysis, following these phases Pre-analysis, exploration of the material in order to reach the core of understanding the text, to achieve the thematic categories. Finally, the interpretation of statements, where the distribution took place in two categories (difficulties and benefits in view of farmers) and the reflections that arose around those occurring later interpretation and discussion of the theoretical light. The study was approved by the Ethics Committee of the Health Science Center, Federal University of Paraíba, under protocol # 0339/11. It was observed that among the difficulties pointed out by farmers among the most frequent words were Payment, Transport and Physical Structure. As for the benefit, Job Opportunity and guaranteed income. Thus, it is clear that analyzing the dynamics of supply of products of family farming for school feeding is of great value, since it is a recent resolution and that municipalities are still adjusting to this new system. Some alternatives were created locally to facilitate and encourage the supply of farmers and ensure that food reaches the schools. Among them, there is the creation of a schedule for delivery of agricultural family; different menus for schools located in rural and urban areas that receive products from family farms, installation of processed food factories since this city suffers with the dry weather most of the year and it is necessary that other products entering the school feeding; incentive associations by the municipal administration, adding, in this way, value to the final product; partnerships with SEBRAE, EMATER to empower farmers. It is noticed that the specifications determined by law and resolutions of bodies often turn away from the reality of the municipalities. It is necessary to create the means to effect this process locally so that students and farmers are met satisfactorily through this relationship school meals and family farming.

Keywords: School Feeding, Family Farming, Human Right to Adequate Food, Food Security and Nutrition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura A - Associação dos Bovinocultores de Araripe. Produção: queijo e iogurte.....	30
Figura B - Associação dos Agricultores do Sítio Baixio dos Ramos.....	31
Figura C - Associação dos Produtores da Agropecuária Orgânica e Agroindústria de Araripe	31
Figura D - Cronograma de Entrega dos produtos da agricultura familiar para as escolas.....	32
Figura E - Depósito da merenda escolar. Produtos: Pão de ló e sequilho.....	33
Figura F - Entrega de pão-de-queijo por produtora local em escola.....	33
Figura G - Entrega de iogurte na Escola Modelo.....	34
Figura H - Distribuição do iogurte da agricultura familiar na Escola Modelo.....	34
Figura I - Formulário de entrega dos produtos da agricultura familiar.....	36
Figura J - Cronograma de entrega dos produtos da agricultura familiar.....	36
Figura K - Localização do município Araripe no Estado do Ceará.....	37
Figura L - Secretaria de Educação.....	38
Figura M - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento.....	38
Figura N - Escola Profa. Cícera Germano – Escola Modelo.....	38
Figura O - Entrevista sendo realizada em mini-fábrica de alimentos.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNME	Programa Nacional de Merenda Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).....	18
2.2 OS PROGRAMAS SOCIAIS BRASILEIROS E FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.3 CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	22
2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	25
2.5 ARARIPE E A DINÂMICA DO ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	29
3 METODOLOGIA	37
3.1 TIPO DE ESTUDO E MÉTODOS UTILIZADOS.....	37
3.2 ÁREA DE ESTUDO.....	37
3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	39
3.4 COLETA DE DADOS.....	39
3.4.1 Instrumentos utilizados	39
3.4.2 Dinâmica da coleta	39
3.5 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	49
APÊNDICE A - Instrumento de coleta de dados: Coordenadora da Alimentação Escolar Municipal.....	50
APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados: Diretora de Escola.....	51
APÊNDICE C - Instrumento de coleta de dados: Nutricionista.....	52
APÊNDICE D - Instrumento de coleta de dados: Técnico da EMATER.....	53

APÊNDICE E - Instrumento de coleta de dados: Presidentes das Associações de Agricultores Familiares.....	54
APÊNDICE F - Instrumento de coleta de dados: Agricultores Familiares fornecedores de gêneros alimentícios para a alimentação escolar.....	55
APÊNDICE G - Termo de consentimento livre e esclarecido: agricultores familiares para autorização de sua participação na pesquisa.....	57
APÊNDICE H - Termo de consentimento livre e esclarecido: diretora de escola municipal para autorização de sua participação na pesquisa.....	58
APÊNDICE I - Termo de consentimento livre e esclarecido: Nutricionista da Secretaria de Educação municipal para autorização de sua participação na pesquisa	59
APÊNDICE J - Termo de consentimento livre e esclarecido: Coordenadora da Alimentação Escolar municipal para autorização de sua participação na pesquisa.....	60
APÊNDICE K - Termo de consentimento livre e esclarecido: Presidentes das Associações de Agricultores Familiares para autorização de sua participação na pesquisa.....	61
APÊNDICE L - Termo de consentimento livre e esclarecido: Técnico da EMATER para autorização de sua participação na pesquisa.....	62
APÊNDICE M - Artigo.....	63
APÊNDICE N - Roteiro de Diário de Campo.....	79
ANEXOS	80
ANEXO A - Certidão do Comitê de Ética.....	81
ANEXO B - Modelo de Chamada Pública.....	82
ANEXO C - Modelo de Contrato.....	86

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, surge nos últimos anos um complexo quadro no que se refere a questão alimentar e nutricional da população. Percebe-se nas últimas décadas um fenômeno conhecido por “transição nutricional”, caracterizado pelo aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis e pela elevação nos índices de sobrepeso/obesidade (SARTI; CLARO; BANDONI, 2011).

Na escala de produção alimentar, a população brasileira se depara com situações controversas no que se refere a produção agrícola e ao acesso de alimentos. Se por um lado dados oficiais apontam o país como sendo um importante produtor agrícola, com uma produção de 159,21 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/11, em contrapartida há uma significativa parcela da população vivendo situações de insegurança alimentar e nutricional, em que o acesso regular e permanente ao alimento não é alcançado (ALMEIDA; CARNEIRO; VILELA, 2009; CONAB, 2011;).

Para Maluf (2009) é uma tendência mundial a reestruturação do sistema alimentar no sentido de focar mais o alimento do que mesmo a agricultura. Desse modo, o centro de atenção das corporações agroalimentares desloca-se da agricultura para estratégias ligadas a diversificação do consumo alimentar. As políticas públicas de acesso aos alimentos seguem, portanto, essa mesma direção, redirecionando a produção agrícola para questões “urbanas” de acesso, distribuição e consumo de alimentos.

Objetivando combater esse modelo, o Estado brasileiro passou a repensar políticas públicas para esse setor, pautadas no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), apresentando em seu escopo um caráter ligado ao alimento, o qual relaciona-se a produção, disponibilidade e acesso aos alimentos e o componente nutricional referente a utilização biológica destes e conseqüentemente a saúde da população (CONSEA, 2010).

Para Schneider, Gerhardt e Triches (2008), ambos os componentes levarão a uma reconexão da cadeia alimentar e estreitarão a relação campo e cidade, uma vez que haverá aproximação dos agricultores familiares com os consumidores, além de produção e consumo de alimentos mais sustentáveis.

Na proposta de SAN, as políticas de estímulo ao crescimento da produção agroalimentar, fundamentais para a promoção desta, deverão associar-se a questões como formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de ocupação do espaço agrário, valorização das culturas alimentares locais e regionais; enfrentamento da pobreza rural, visto

que é nesse meio que se encontram os mais altos índices de pobreza e de insegurança alimentar (MALUF, 2009).

A Insegurança Alimentar no meio rural pode ser atribuída as precárias condições vividas pelos agricultores familiares. A concentração de terra e a falta de políticas específicas para esse setor geram um ciclo de falta de emprego e de obtenção de renda insuficiente a reprodução econômica e social. Em contrapartida, no meio urbano, o modelo agroindustrial, associado ao consumo em demasia de produtos industrializados produz uma dupla carga de doenças associadas a má alimentação, como a obesidade e as doenças crônicas não-transmissíveis (SCHNEIDER; GERHARDT; TRICHES, 2008).

Nessa perspectiva, programas de alimentação e nutrição como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são vistos como alternativa eficiente, capaz de estabelecer essa conexão dos componentes propostos pela política de SAN, enfrentado as questões relativas ao consumo e produção de alimentos.

Implantado em 1955, o PNAE é uma das mais antigas intervenções governamentais de suplementação alimentar na área social e assistencial do país que assegura aos alunos da educação básica de escolas públicas o direito a alimentação enquanto permanecerem na escola (SANTOS et al., 2007).

Até o ano de 1994, a gestão da merenda escolar era centralizada, ou seja, os alimentos industrializados eram comprados de empresas, por meio de licitações, distribuídos a todo país. Essa forma de gerenciamento trazia alguns problemas como o encarecimento do preço final da refeição e o fato de não ser condizente com os hábitos alimentares da população assistida (CARVALHO, 2009).

A promulgação da Lei 8.913/1994 descentralizou o PNAE, possibilitando dessa forma a transferência direta de recursos aos Estados e Municípios, sem haver a necessidade de processos licitatórios com empresas permitindo assim uma maior agilidade ao processo, proporcionando o desenvolvimento local (inserção do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local), elaboração de cardápios compatíveis com os hábitos alimentares das comunidades e diversificação de suas preparações, além do controle social mais efetivo através dos CAE - Conselhos de Alimentação Escolar (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Diante dessas constatações, e verificando a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e conseqüentemente para assegurar a SAN da população, o Governo Federal, por meio dos Ministérios da Educação e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), reconhecem por meio do artigo 14º da Lei 11.947/2009 e da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 38, que do total dos recursos

repassados pelo FNDE para a alimentação escolar em Estados, Municípios e Distrito Federal, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009; FNDE, 2009).

Ao estabelecer novas diretrizes para a alimentação escolar, a Lei 11.947/2009 aponta em seu artigo 2º como sendo diretrizes da alimentação escolar (BRASIL, 2009):

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos

Outro fator importante na relação agricultura familiar e alimentação escolar é o planejamento das ações por ambas as partes. O cardápio oferecido aos escolares deverá ser planejado de modo a respeitar a sazonalidade dos alimentos, objetivando assegurar a eficiência e a qualidade nesse processo. Do mesmo modo, os agricultores familiares produtores da alimentação escolar, deverão adequar sua produção as necessidades requeridas por essa alimentação (SOARES, 2011).

Em pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2010 nas Secretarias de Educação, de catorze Estados brasileiros, detectou-se que os principais motivos para não comprar da agricultura familiar no Nordeste eram a falta de organização da agricultura familiar, dificuldade de logística, falta de formação dos atores envolvidos, agricultores familiares que não possuíam documentação, dentre outros (FNDE, 2011).

Diante disso, conhecer a maneira como os municípios brasileiros estão se adaptando a essa recente resolução do FNDE no que se refere a dinâmica de compra dos gêneros alimentícios da produção familiar para o PNAE tornam-se úteis. É nesse sentido, que a pesquisa objetiva conhecer a dinâmica de abastecimento dos gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o Programa de Alimentação Escolar no município de Araripe-Ce, na perspectiva de pensar estratégias que contribuam para a real efetivação desta iniciativa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A alimentação adequada é dita como um direito humano e fundamental, sendo prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reafirmada no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (1996), do qual o Brasil é signatário desde 1991 e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006) – LOSAN (BRASIL, 2006b; COSTA, 2008).

No ano de 2010 aconteceu um importante fato no que diz respeito as questões de alimentação e nutrição. Por meio da mobilização da sociedade civil e entidades, o Congresso Nacional alterou o artigo 6^o da Constituição Federal de 1988, uma vez que introduziu a alimentação como sendo um direito social e assegura o direito a alimentação, juntamente com outros direitos, por meio da emenda constitucional nº 64. A alimentação, portanto, é vista como direito humano, sendo indissociável, inalienável e intransferível. Como direito, é dever do Estado garantir as condições necessárias para que este seja respeitado em sua plenitude. Considerando isso, a governabilidade, no que se refere aos direitos humanos, é dita como sendo responsabilidade de todos os setores da sociedade (BRASIL, 1988; BRASIL, 2010).

A questão da Segurança Alimentar foi reafirmada em 1990, quando o chamado “Governo Paralelo”¹, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, trouxe o tema para a agenda política brasileira, sendo este um importante passo para a criação, em 2001, do Programa Fome Zero. Percebe-se, ao mesmo tempo por parte da sociedade, o interesse em garantir o direito a alimentação com a criação da *Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* em 1993, liderada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. Ano seguinte, acontecia a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, objetivando propor diretrizes para a Política Nacional de SAN (PESSANHA, 2004).

As Conferências Nacionais de SAN, formuladas e organizadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA podem ser consideradas como sendo um meio para favorecer o debate acerca das questões de SAN e do direito a alimentação. A primeira delas, ocorrida em 1994, objetivava discutir propostas para enfrentar

¹ Governo Paralelo constituiu-se como instrumento de ação política para o exercício de uma oposição qualificada ao recém-empossado governo Collor. Seu objetivo era manter articuladas as forças políticas que se uniram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e empreender uma fiscalização democrática da nova gestão.

a fome e o desemprego. O documento final desta consubstancia as propostas para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no Brasil (ALBUQUERQUE, 2009; BURLANDY, 2011).

Dez anos após o primeiro encontro, na II Conferência de SAN, definiu-se Segurança Alimentar e Nutricional, estando em seu escopo a dimensão nutricional, a disponibilidade e a segurança dos alimentos. Este mesmo conceito foi então formalizado na LOSAN como sendo:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006a, p.1).

Percebe-se assim que a insegurança alimentar perpassa as questões referentes a fome e a desnutrição. Elementos como baixa qualidade dos alimentos, obesidade, sobrepeso, doenças relacionadas com a má alimentação permeiam essa definição. Do mesmo modo, modelos de produção devastadores do meio ambiente, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a não valorização da produção agrícola de base familiar, permeiam o campo da SAN. Essa amplitude encontrada na dimensão de SAN atribui-se em parte a diversificação das organizações sociais que passaram a atuar nesse campo, como afirma Burlandy (2011).

Além do DHAA, a SAN é subordinada ao conceito de Soberania Alimentar, difundidos pelos movimentos sociais na década de 90 devido a perda dos Estados em decidirem suas próprias políticas alimentares e agrícolas. A Soberania Alimentar refere-se ao direito das nações definirem suas políticas e estratégias sustentáveis de produção, com base na pequena e média produção, como pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, respeitando sua cultura e diversidade cultural (MALUF, 2009).

Ações que fortaleçam essa dimensão da SAN poderão aproximar a produção do consumo local, valorizando a safra dos alimentos, o consumidor local, e se pondo contra o modelo operante das grandes corporações que valorizam a distância e o acúmulo de capital, fazendo-se dessa maneira, uma política alimentar democrática (CONSEA, 2010).

2.2 OS PROGRAMAS SOCIAIS BRASILEIROS E FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Pode-se afirmar que, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política social voltada a atender as necessidades de agricultores familiares. Um dos acontecimentos mais relevantes no contexto das políticas públicas para o meio rural brasileiro

foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, BRASIL, 2010).

O programa pretendia organizar-se por meio do fornecimento de crédito, a um segmento até então quase excluído, conseguido por intermédio de bancos comerciais. Procurava atender reivindicações de agricultores vivendo próximo à linha de pobreza, por meio do sistema bancário. Além disso, o PRONAF deveria exprimir, em princípio, a dimensão “territorial” da política, dotando as regiões onde viviam os agricultores familiares de obras de infraestrutura e de serviços capazes de valorizar suas atividades econômicas (ANJOS et al., 2004. GUANZIROLI, 2007).

Nesse sentido, um dos principais objetivos do programa é a redução da pobreza que atinge os agricultores familiares no meio rural brasileiro. Além disso, pretende assegurar o acesso ao crédito barato a pequenos produtores e integrá-los a outras políticas de desenvolvimento rural, dando suporte ao desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica (ROCHA et al., 2008).

Magalhães et al. (2006) apontam que o programa combina, no seu funcionamento, quatro instrumentos básicos: 1) oferta de linhas de crédito especiais, a taxas de juros preferenciais, e com menores exigências de garantias do que as que se encontram no mercado; 2) financiamento de investimentos em infra-estrutura econômica de suporte aos pequenos produtores; 3) oferta de assistência técnica aos beneficiários do programa e 4) oferta de oportunidades de capacitação profissional.

Para beneficiar-se do PRONAF, o agricultor familiar deve encaminhar ao banco um “certificado de aptidão”, produzido seja pelo sindicato local, seja pela agência de extensão rural (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER), que atesta sua condição de agricultor familiar. Os agricultores são subdivididos em quatro grupos distintos de acordo com algumas especificações como renda bruta anual e as atividades exploradas (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010).

Percebe-se, no que diz respeito ao financiamento do programa pelo Governo Federal no país, há distinções entre os estados. Na década de 1990, a região Sul concentrava a maior parcela dos financiamentos, embora que nesta região os agricultores familiares utilizassem recursos em cadeias produtivas já existentes, como no fumo, no milho e na soja. Nas demais regiões o nível de desenvolvimento da agricultura familiar não se mostra similar, particularmente nas regiões Norte e no Nordeste, onde esta é tipicamente uma agricultura de subsistência (MAGALHÃES et al., 2006).

O governo, iniciado em 2003 no Brasil, apresentava no cerne de suas ideologias, proposições que se relacionavam com a segurança alimentar e nutricional, em que objetivo primordial seria a garantia de uma alimentação adequada e saudável, do ponto de vista da qualidade e de quantidade a todos os brasileiros. A prioridade política do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva seria garantir a dignidade da população brasileira por meio da redução da miséria e da fome que por muito assolava o país (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

O carro-chefe dessa iniciativa foi o Programa Fome Zero, que apresenta como estratégia assegurar o direito humano a alimentação adequada as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Além disso, buscava a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável a fome. Portanto, percebe-se que no escopo das ações do Programa Fome Zero há articulação de políticas sociais e econômicas, dando a esse programa um caráter intersetorial. As propostas para o programa foram divididas em quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. (PROGRAMA FOME ZERO, 2011).

No que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar busca-se desenvolver ações específicas para esse setor, promovendo a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. Compreende, portanto, os seguintes programas: o PRONAF, o Garantia-Safra, o Seguro da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA (BRASIL, 2010, PROGRAMA FOME ZERO, 2011).

No contexto do Programa Fome Zero, o PRONAF tem como objetivo fortalecer as atividades desenvolvidas pelo mini e pequeno agricultor, favorecendo a sua integração à cadeia de agronegócios; o Garantia-safra possibilita ao agricultor receber por seis meses um benefício no período de seca, contribuindo para o sustento das famílias; o Seguro da agricultura familiar garante a cobertura de 100% do financiamento e 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar; e o PAA incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar (PROGRAMA FOME ZERO, 2011).

Para Gehle (2004) as políticas públicas recentes de financiamento às atividades rurais estão propiciando a emergência de novos atores sociais, principalmente a figura do agricultor familiar profissionalizado. A profissionalização inclui o discurso sobre competitividade como referência ideológica e mecanismo econômico. Portanto, os produtores sentem a necessidade

de renunciar parte de seu saber tradicional e se apropriar de um novo saber. Porém, esse processo ocorre no ritmo das exigências do mercado e não no da maturação de um aprendizado ou do saber reelaborado, levando muitas vezes à perda do saber técnico herdado.

2.3 CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Em meados das décadas de 1970 e 1980 o país passava por mudanças no que diz respeito as questões agrícolas, fenômeno este acompanhado também por outros países capitalistas. De um lado, nos anos de 1970, a modernização e mecanização, baseada na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos, acreditava-se que os “problemas” da agricultura haviam sido superados. Em 1980 começava a haver uma integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolviam, formando os chamados “complexos agroindustriais” (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

A concentração agropecuária em um número cada vez menor de estabelecimentos de grande extensão territorial era considerada uma tendência necessária, uma vez que já havia ocorrido em países capitalistas. Nesse sentido, a reforma agrária deixa de ser tão necessária ao país, podendo provocar um atraso tecnológico para o setor agropecuário (GUILHOTO, 2006).

A década de 1970, no Brasil, foi marcada pela pobreza do meio rural e a conseqüente migração para o meio urbano, como forma de assim diminuí-la, mesmo que a distribuição da renda não sofresse muitas mudanças. As políticas agrícolas passaram por um amadurecimento na década seguinte, em que importância das grandes propriedades na formação das políticas agrícolas exigia que se construísse um aparato institucional voltado para valorizar as capacidades produtivas dos pequenos produtores que, até então, tinham sido objeto de políticas sociais compensatórias (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, TEODORO et al., 2005).

Melo e Parré (2007) afirmam que as principais mudanças na agricultura brasileira ocorreram ao final da década de 1960. A forte intervenção estatal ocorrida nesse período privilegiou o uso de sementes selecionadas e insumos químicos, mecanização da agricultura, dentre outros. Porém, o impacto de desenvolvimento ocorrido no setor rural não aconteceu de forma uniforme para todos os tipos de produtores e nem em todas as regiões do país. O privilégio foi dado aos grandes proprietários e as regiões mais desenvolvidas, favorecendo assim, a expulsão do homem do campo.

A partir dos anos 1990, a agricultura familiar vem se desenvolvendo em todos os pontos do mundo e tem como característica a predominância da mão-de-obra e gerenciamento

por membros da família. Ao contrário da agricultura convencional ou patronal, como também é conhecida, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009).

Há tempos o homem busca desenvolver alternativas para a agricultura que venham a proteger o meio ambiente e que em consonância, sejam duráveis durante o tempo. A esse novo estilo de agricultura, deu-se distintas denominações em vários países, como orgânica, biológica ou natural. O que se pretendia com esse novo modelo da agricultura era responder a algumas questões ambientais deixadas nesse setor durante o período pós- II Guerra Mundial. É nesse ambiente que nasce o conceito de Agroecologia, uma vez que busca desenvolver estilos de agriculturas sustentáveis e, ao mesmo tempo, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Na agricultura familiar, tem-se a família como fundamento dessa sociedade rural. Desse modo, possuem algum grau de parentesco, se reúnem em comunidades e coadunam de ambiente, espaço e história, formando unidades de reprodução cultural, de troca de bens e dons. Seu convívio e aprendizado fazem que esta unidade seja dotada de um acervo respeitável de conhecimentos sobre o meio em que vivem. Essas pessoas enfrentam dificuldades, criam habilidades, ao mesmo tempo em que vivem fases de escassez e abundância (RIBEIRO et al., 2007).

O termo “agricultura familiar” é de uso recente no Brasil. Até pouco tempo atrás os termos pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não comercial revelavam o tratamento dado a esse segmento social (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010). Além disso, na história do país, o Estado privilegiou incentivo e créditos aos grandes proprietários em detrimento dos produtores rurais familiares, criando para estes alguns entraves, entre eles, o acesso ao crédito e o uso de novas tecnologias (PATRIARCA; CRUZ, 2007. KAMIMURA; OLIVEIRA; BURANI, 2010).

De acordo com Buainain, Romeiro, Guanzioli (2003) e Patriarca e Cruz (2007), a agricultura familiar é um universo bastante heterogêneo. Segundo o último Censo Agropecuário, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área

média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2009).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, além de que defini os requisitos para um agricultor ser posto na categoria de familiar, quais sejam: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não exceder quatro módulos fiscais²; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja predominantemente da própria família; a renda familiar predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento ser dirigido pela família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar apresenta vantagens que vão além da diversificação produtiva, uma vez que apresenta um perfil distributivo e sustentável. Ademais, do ponto de vista social, pela pouca mecanização dos processos, é capaz de demandar maior número de mão de obra e promover a inclusão social, bem como o fortalecimento dos agricultores. Nesse sentido, busca equilibrar o uso dos recursos naturais, atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009).

De acordo com Schneider, Gerhardt e Triches (2008), as formas familiares de organização do trabalho e da produção não estão mais restritas somente ao setor agrícola e ao espaço rural, existindo outras atividades nas quais se pode observar uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais. Guilhoto et al. (2006) afirmam que a agroindústria familiar é uma ferramenta que pode impulsionar o desenvolvimento local sustentável por meio da geração direta e indireta de novos postos de trabalho e renda para os agricultores, melhorando sua qualidade de vida.

As agroindústrias familiares são definidas por Prezoto (2000) e Mior (2005) como sendo uma forma de organização e transformação da produção familiar, com vistas a agregar valor ao produto na hora da comercialização, além de ser capaz de impulsionar o desenvolvimento local sustentável por meio da geração direta e indireta de novos postos de trabalho e renda para os agricultores familiares, melhorando sua qualidade de vida.

No que se refere a rentabilidade do setor para o país, em recente pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi apresentado o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) das cadeias produtivas da agricultura. O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do PIB

² O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

e detrimento de 20,1% da agricultura patronal, ficando evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza do país (RODRIGUES; LIMA; 2003, MDA, 2004).

2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Há 56 anos nascia no Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, um dos maiores e mais duradouros programas de alimentação e nutrição que estava destinado a atender a população escolar. No ano de 2010, o PNAE teve um orçamento previsto em 3 bilhões de reais, visando atender a 47 milhões de escolares da Educação Básica e de Jovens e Adultos matriculados em escolas públicas e filantrópicas (FNDE, 2010, SANTOS et al., 2007).

O programa é também conhecido por Programa da Merenda Escolar porque, historicamente, a alimentação escolar foi executada como política pública por diversos órgãos governamentais ligados a assistência social, saúde, trabalho e educação, que adotaram diferentes nomenclaturas: Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), Campanha de Merenda Escolar (CME), Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e desde 1979 até hoje, PNAE, realizado pelo Ministério da Educação –MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A utilização da terminologia “alimentação escolar” tem substituído a expressão “merenda escolar”, por entender-se como sendo uma refeição completa, principalmente do ponto de vista nutricional, à qual os beneficiários têm direito. (CARVALHO, 2009).

Inicialmente, o objetivo do programa era reduzir as deficiências nutricionais dos estudantes carentes do Brasil. Sua ação focalizada foi ganhando abrangência nacional e a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a alimentação escolar passou a ser um direito:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade (inciso IV), no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (inciso VII) (BRASIL, 1988).

Há que se considerar também a importância social da alimentação escolar devido a situação carencial que vive a população brasileira. A refeição ofertada na escola, por vezes, é a única disponível no dia. Desde 2005, a alimentação escolar faz parte de um dos eixos

articuladores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (CARVALHO, 2009).

O programa tem por objetivo suprir as necessidades nutricionais dos alunos e contribuir para o seu desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e rendimento escolar. A confecção do cardápio está sob responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além disso, deve ser elaborado por nutricionista habilitado e ser programado de modo a suprir, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade (FNDE, 2010, CARDOSO et al., 2010).

Com relação a padronização nacional do percentual das necessidades diárias dos estudantes, Muniz e Carvalho (2007) acreditam que assim como aconteceu com a descentralização, esse percentual poderia ser adaptado a realidade de cada município ou estado, uma vez que as carências nutricionais podem diferir de uma região para outra, o que as autoras denominam de “descentralização das normas nutricionais do Programa”.

Em estudo realizado em 2.950 (34% destes na região Nordeste) municípios brasileiros no ano de 2007, onde se objetivava perceber se os cardápios eram confeccionados por nutricionistas, observou-se que dentre os cardápios analisados, 63% a 87,8% foram elaborados por nutricionistas. Pequena parcela destes foi confeccionada por técnicos em nutrição, coordenadores do setor de merenda escolar, diretores de escola e secretários de educação municipais. A região Nordeste foi a que apresentou o maior percentual de cardápios confeccionados por nutricionista e o percentual menor foi na região Sudeste (CHAVES et al., 2009).

A compra de gêneros alimentícios do programa de alimentação escolar, inicialmente era realizada pelo ente Federal, para que então pudesse ser distribuídas para as demais regiões do país. Essa centralização das compras da alimentação escolar proporcionava um desequilíbrio nos gastos quando se adquiria produtos formulados e industrializados em relação aos básicos. Problemas como dificuldades operacionais, na prestação de contas estaduais e municipais, atraso na liberação dos recursos afetaram sobremaneira a regularidade do programa (SPINELLI; CANESQUI, 2002). A partir de 1994 o funcionamento do programa se dá de forma descentralizada, de acordo com os princípios da Lei 8.913/94, e acompanha o processo de redemocratização do país. A descentralização permite que estados e

municípios tornem-se responsáveis pelo uso dos recursos e pela qualidade nutricional da alimentação (SANTOS et al., 2007).

A execução do programa envolve as três esferas do Governo: União, estados e municípios. Existem duas formas de operacionalização do programa: a centralizada e a escolarizada. A primeira ocorre quando as prefeituras executam o programa em todas as suas fases: adquirem, distribuem os alimentos e elaboram os cardápios. Ainda no que se refere a centralização, a prefeitura pode contratar uma empresa para fornecer a alimentação escolar, a esse tipo de operacionalização dá-se o nome de terceirização. Na escolarização as prefeituras transferem os recursos diretamente para as creches e escolas, responsáveis por toda a execução do programa. Havendo ainda a gestão mista, com características das duas modalidades, onde determinados alimentos (geralmente perecíveis, tais como ovos, frutas, legumes e verduras) são comprados pelas escolas e outros (em geral não-perecíveis, como arroz, feijão, macarrão) pela prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação (WEIS; CHAIM; BELIK, 2004; BELIK; CHAIM, 2009.).

Desde 1997 o PNAE vem sendo gerenciado pelo FNDE, órgão vinculado ao Ministério da Educação. É responsável, portanto, pelo repasse dos recursos federais para a alimentação escolar aos estados, municípios e Distrito Federal. Nesse sentido, coordena, acompanha, fiscaliza, presta cooperação técnica e avalia a efetividade da aplicação dos recursos. Os recursos do programa devem ser destinados exclusivamente a aquisição de gêneros alimentícios, destes, 70% deverá contemplar a compra de produtos básicos, respeitando assim, os hábitos alimentares locais (WEIS; CHAIM; BELIK, 2004).

O valor repassado diretamente da União para os estados e municípios é realizado com base no censo escolar do ano anterior ao do atendimento. No que se diz respeito ao controle social, o programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). A criação dos CAEs aproximou a gestão do PNAE da comunidade escolar (BELIK; CHAIM, 2009).

Atualmente a União repassa aos Estados e Municípios os seguintes valores de acordo com as faixas etárias: R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. Creches e as escolas indígenas e quilombolas R\$ 0,60 e as escolas que oferecem ensino integral por meio do Programa Mais Educação recebem R\$ 0,90 por dia. Além disso, do total de parcelas transferidas aos órgãos executores deverá cobrir 200 dias letivos de alimentação escolar, não sendo possível faltar alimentação durante esse período (BRASIL, 2011; WEIS; CHAIM; BELIK, 2004).

Com relação à aceitação e adesão do cardápio pelos escolares, Muniz e Carvalho (2007) analisaram essas questões no município de João Pessoa e puderam perceber, por meio de questionários aplicados a população atendida, que a maioria deles considerou a alimentação escolar importante e mais de 90% referiram adesão ao PNAE. Esses dados corroboram com a afirmação de Belik e Chaim (2009) que acreditam que a alimentação escolar desempenha um papel crucial no estabelecimento da SAN da população a que se destina e desempenha um papel importante no processo de crescimento e desenvolvimento dos alunos.

A Lei nº 11.947, aprovada em junho de 2009, e a Resolução FNDE nº38, de julho de 2009, preconiza que as escolas das redes públicas de educação básica passarão a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. No mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. Basicamente, os fornecedores do PNAE podem ser os mesmos do PAA, que permite a compra de alimentos, a distribuição entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos da agricultura familiar em todo o país (FNDE, 2011. CARVALHO, 2009).

O PNAE transformou-se em um importante meio para escoar a produção da agricultura familiar, além disso, contribui com a qualidade do alimento ofertado a população atendida. Nesse sentido, as políticas públicas balizadas na intersectorialidade, como acontece com o PNAE e o PAA, fortalecem a agricultura familiar e melhoram a qualidade da refeição servida.

Para que os produtos sejam disponibilizados ao mercado institucional (alimentação escolar), os produtores podem se organizar de duas maneiras. A primeira é por meio do grupo formal, refere-se a Cooperativas ou Associações de agricultores familiares com a Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF jurídica. A segunda é o grupo informal, o qual fazem parte agricultores familiares com DAP física. Sendo assim, as entidades executoras (Secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras) compram os produtos destinados a alimentação escolar (FNDE, 2011).

Uma série de exigências técnicas são requeridas dos agricultores e/ou de suas organizações para que estes encontrem-se aptos a fornecer seus gêneros. A documentação exigida para os grupos formais são: DAP jurídica, CNPJ de pessoa jurídica, cópia de certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e dívidas ativas da União, cópia do estatuto e

projeto de venda. Para o grupo informal exige-se: DAP de cada agricultor participante, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e Projeto de venda (FNDE, 2011).

As Entidades Executoras (secretarias estaduais e redes federais de educação, prefeituras e escolas) deverão publicar à demanda de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar através de um documento específico para esse tipo de compra, a Chamada Pública, que deverá ser divulgada em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação. O limite individual de venda do agricultor familiar inicialmente era de R\$9.000,00 por DAP/ano. Atualmente esse valor passou por um ajuste, ficando definido em R\$20.000,00 por DAP/ano (FNDE, 2013, MDA, 2013).

A confecção do cardápio da alimentação escolar é de responsabilidade do Nutricionista que deve identificar qual a diversidade e quantidade dos gêneros alimentícios ofertados pela agricultura familiar para a elaboração do cardápio, dar prioridade sempre que possível a alimentos orgânicos ou agroecológicos, priorizar gêneros alimentícios da safra do ano e do mês de entrega. A Entidade Executora poderá considerar os preços de referência praticados pelo PAA estadual. Nas localidades em que não houver, os preços de referência deverão ser calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano e da média de preços pagos pelo produto no município do atendimento (FNDE, 2011).

Além disso, os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa). Após a seleção dos projetos de venda e de atestado a qualidade sanitária os produtos, é assinado pela Entidade Executora o Termo de Recebimento, que é o termo que atesta que os produtos estão de acordo com o contrato e dentro dos padrões de qualidade exigidos. É necessário também a emissão de documento fiscal: nota do produtor rural nota avulsa ou nota fiscal (grupo formal) (FNDE, 2011).

2.5 ARARIPE E A DINÂMICA DO ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As secretarias de Educação e do Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente são as responsáveis por administrar o processo de compra dos produtos da agricultura familiar para o PAE municipal. À Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente e a EMATER cabem fornecer a listagem com a descrição dos produtos dos agricultores familiares

capacitados a prover gêneros alimentícios para a alimentação escolar, além de articular reuniões com os agricultores fornecedores. Desde a implementação da Resolução N°38 do FNDE, existem na Secretaria de Educação setores distintos às compras de insumos para o PAE. Um destinado à compra de gêneros alimentícios de empresas e outro destinado às compras da agricultura familiar, cada um coordenado por pessoas diferentes.

Os agricultores fornecedores para a alimentação escolar organizam-se sob duas formas, com DAP física (individuais) ou com DAP jurídica (associados). Existem atualmente três associações de agricultores familiares: Associação dos Bovinocultores de Araripe, produzindo queijo e iogurte em mini-fábrica de alimentos, localizada na cidade (Figura A); a Associação dos Agricultores do Sitio Baixio dos Ramos (Figura B), produzindo sequilho em mini-fábrica, localizada na Zona Rural e a Associação dos Produtores da Agropecuária Orgânica e Agroindústria de Araripe (Figura C), produzindo bolos e tapiocas em mini-fábrica, localizada na cidade e os demais como pão-de-queijo, sequilho, pão-de-ló, cheiro-verde, pimentão, maracujá, alface, macaxeira, mamão e tijolinho de doce de leite são produzidos nas casas dos associados. As carnes de caprino e de frango são advindos de agricultores não associados.

Figura A - Associação dos Bovinocultores de Araripe. Produção: queijo e iogurte



Figura B - Associação dos Agricultores do Sítio Baixio dos Ramos



Figura C - Associação dos Produtores da Agropecuária Orgânica e Agroindústria de Araripe



Mensalmente a Coordenação da compra e venda dos produtos da agricultura familiar para o PAE repassa o cronograma de entrega (Figura D) dos produtos aos agricultores fornecedores, onde são definidas as quantidades e escolas a serem distribuídos. O cronograma é encaminhado às associações fornecedoras de gêneros alimentícios e individualmente por produtor.

Figura D - Cronograma de Entrega dos produtos da agricultura familiar para as escolas

Escola	Produto	Quantidade	Dia	Data
Modelo	Iogurte	110 LT	Quinta feira	03/05/2012
Modelo	Iogurte	110 LT	Quinta feira	10/05/2012
Modelo	Iogurte	110 LT	Quinta feira	17/05/2012
Modelo	Bolo	38,5KG	Terça feira	08/05/2012
Modelo	Bolo	38,5KG	Terça feira	15/05/2012
Modelo	Bolo	38,5KG	Terça feira	22/05/2012
Modelo	Tapioca com queijo	900 unidades	Sexta feira	04/05/2012
Neomista	Iogurte	60 LT	Quarta feira	02/05/2012
Neomista	Iogurte	60 LT	Quarta feira	09/05/2012
Neomista	Iogurte	60 LT	Quarta feira	16/05/2012
Neomista	Iogurte	60 lt	Quarta feira	23/05/2012
Neomista	Bolo	21,5KG	Quinta feira	03/05/2012
Neomista	Bolo	21,5KG	Quinta feira	10/05/2012
Neomista	Bolo	21,5KG	Quinta feira	17/05/2012
Neomista	Pão de queijo	615 UND	Sexta feira	04/05/2012
Neomista	Pão de queijo	615 UND	Sexta feira	11/05/2012
Neomista	Pão de queijo	615 UND	Sexta feira	18/05/2012
Viçosa Arraes	Iogurte	36 LT	Quarta feira	02/05/2012
Viçosa Arraes	Iogurte	36 LT	Quarta feira	09/05/2012
Viçosa Arraes	Iogurte	36 LT	Quarta feira	16/05/2012
Viçosa Arraes	Iogurte	36 LT	Quarta feira	23/05/2012
Viçosa Arraes	Pão de queijo	400 UND	Sexta feira	04/05/2012
Viçosa Arraes	Pão de queijo	400 UND	Sexta feira	11/05/2012
Viçosa Arraes	Pão de queijo	400 UND	Sexta feira	18/05/2012

Com relação as entregas, produtos como o sequilho, pão-de-ló, as carnes de frango e carneiro e parte das verduras são entregues pelos produtores no depósito municipal da merenda escolar (Figura E), para então serem destinados às escolas, de acordo com o cronograma mensal. Esse transporte é realizado em carro da própria secretaria de educação. O iogurte e o queijo são entregues diretamente nas escolas e o transporte é de responsabilidade da Associação. O mesmo acontece com os bolos e as tapiocas. O pão-de-queijo e parte das verduras e frutas os produtores que realizam as entregas nas escolas (Figura F). A qualidade dos produtos da agricultura familiar é atestada por meio de Laudos emitidos pela Vigilância Sanitária local. No entanto, os produtos não apresentam rótulo e nem especificações quanto a composição nutricional.

Figura E - Depósito da merenda escolar. Produtos: Pão de ló e sequilho



Figura F - Entrega de pão-de-queijo por produtora local em escola



Figura G - Entrega de iogurte na Escola Modelo



Figura H - Distribuição do iogurte da agricultura familiar na Escola Modelo



Os agricultores familiares são selecionados para fornecer ao PAE através de Chamada Pública (Anexo). Elas acontecem semestralmente, no início e no meio do ano. Em 2012, por ser ano eleitoral, apenas uma aconteceu. O agricultor para participar desse processo de seleção apresenta a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, uma espécie de identidade do produtor rural que o possibilita acessar as políticas públicas criadas a seu favor, podendo ser feita no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou na EMATER local.

Na Chamada Pública são definidos os produtos que o município vai requerer dos agricultores e as quantidades de cada produto. A partir daí cada produtor leva até a secretaria de desenvolvimento agrário e meio ambiente uma amostra do seu produto para ser avaliada pela Nutricionista da secretaria de educação. Caso a amostra seja aprovada, o agricultor procura a secretaria de agricultura para fazer o projeto de venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Posteriormente é feito um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar (Anexo), onde ficam estabelecidas as quantidades a serem entregues, o valor individual por produto, a descrição de cada associado e o valor a ser recebido.

A distribuição dos produtos da agricultura familiar para as escolas é definido segundo critérios estabelecidos pela Nutricionista. Àquelas localizadas na cidade recebem mais produtos da agricultura familiar, enquanto que as localizadas na zona rural recebem menos. A Nutricionista utiliza alguns critérios para estabelecer qual receberá determinado produto, como a proximidade da casa dos produtores e das associações as escolas, o número de alunos matriculados e as modalidades de ensino (Creche, Ensino Fundamental/Médio, EJA, Quilombolas).

No momento da entrega dos produtos nas escolas, um recibo (Figura I) em 3 vias é assinado pela pessoa que recebeu o produto na escola e pelo responsável pelo depósito. Ficando um com a escola, outro com o fornecedor e outro a ser entregue no setor da merenda escolar. Esses recibos apresentam as quantidades e a data que o produto foi entregue. O preenchimento correto dessas guias é importante uma vez que é por meio dele que o pagamento será efetuado. De posse desse documento, o produtor leva-os até a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente, onde será emitida a Nota Avulsa retirada do site da Secretaria da Fazenda. Para as associações o pagamento é feito em conta bancária, retirado pelo presidente em município próximo, onde é posteriormente repassado aos sócios. O mesmo acontece com os agricultores individuais, porém recebem em conta particular.

A Câmara municipal aprovou um projeto de Lei no qual fica estabelecido que as associações de agricultores receberão um repasse mensal em dinheiro do município para

eventuais despesas, com o intuito de investimento em projetos produtivos. Os agricultores não associados não podem acessar esse Pauxílio financeiro.

Figura I - Formulário de entrega dos produtos da agricultura familiar

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPOSITO DE MERENDA ESCOLAR
E-mail: dep_merendaescolar@hotmail.com

Entrega da Merenda Escolar – Agricultura Familiar

Secretaria Municipal de Educação Data de entrega: 17.05.2012

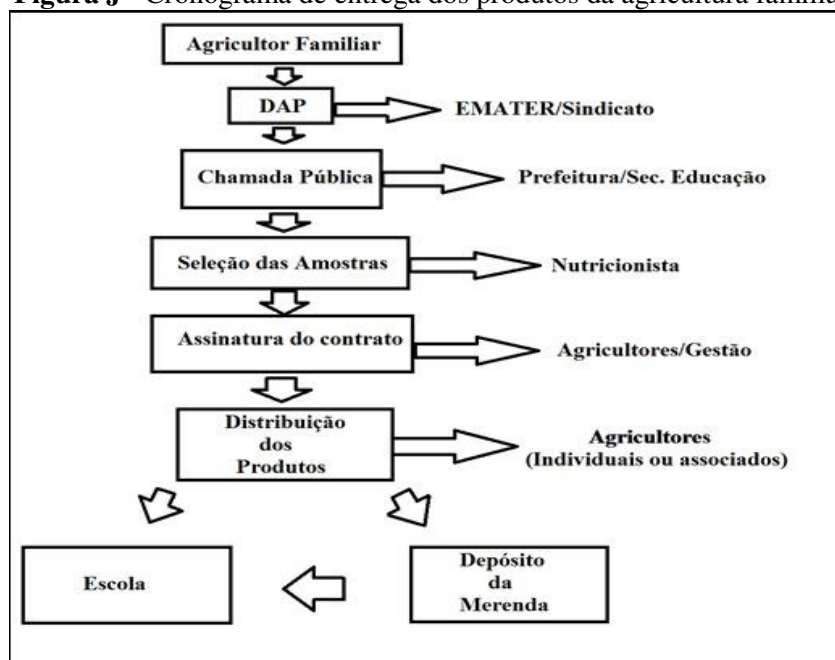
Agricultor: ABA Localidade: SEDC
Escola de Destino: MODELO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS	Unid.	Quantidade
01	IOGURTE	LT	110
02			
03			

Requisitante: Luizete Responsável: Raimundo Recebedor

Na figura a seguir é apresentado o caminho percorrido para que os gêneros alimentícios da agricultura familiar destinado às escolas cheguem até o seu destino.

Figura J - Cronograma de entrega dos produtos da agricultura familiar



3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 TIPO DE ESTUDO E MÉTODOS UTILIZADOS

Foi realizado um estudo de caso com abordagem qualitativa no período de Março a Junho de 2012.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada em Araripe-Ce (Figura K) na Secretaria de Educação e na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário de Araripe-Ce (Figura L). Esse município encontra-se localizado na região Nordeste, Estado do Ceará (Figura M). O clima predominante de Araripe é o tropical semi-árido. Possui uma população estimada de 20.613 habitantes (IBGE, 2010). Os cultivos agrícolas predominantes são algodão arbóreo e herbáceo, banana, milho e feijão. Na pecuária destacam-se bovinos, suínos e avícolas. Este fora escolhido como cenário de investigação por ter sido o primeiro município do Nordeste a adquirir produtos da agricultura familiar conforme Resolução nº 38 do FNDE/2009. Além disso, a experiência de compra e venda de produtos da agricultura familiar já havia sido iniciada desde 2007 por meio do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA nesta localidade.

Figura K - Localização do município Araripe no Estado do Ceará



Figura L - Secretaria de Educação**Figura M** - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Com relação ao total de escolas municipais, Araripe apresenta vinte e uma situadas nas Zonas Urbana (dez) e Rural (onze), sendo todas abastecidas pelos produtos da agricultura familiar. Destas, a Escola Municipal Modelo Prof^ª Cícera Germano (Figura M) foi a selecionada para ser realizada a pesquisa tendo em vista alguns critérios como, o Programa de Alimentação Escolar funcionar regularmente, no sentido de seguir os cardápios confeccionados e orientados pela Nutricionista e o maior número de alunos matriculados em detrimento das demais. Além disso, soma-se a escolha da escola, o fato da mesma estar localizada na área urbana, estando próximo das Associações de Agricultores Familiares e das Secretarias de Agricultura e de Educação, o que veio a facilitar o deslocamento da pesquisadora até esses locais. A escola oferece as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental I (764 alunos), Fundamental II (645 alunos) e Educação de Jovens e Adultos (137 alunos). Totalizando 1546 alunos matriculados.

Figura N - Escola Profa. Cícera Germano – Escola Modelo

3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Considerou-se como critério primordial para a escolha dos participantes aqueles que, no olhar da investigadora, fossem essenciais para esclarecer o assunto em foco. De maneira que cada categoria pudesse ser representada. Os agricultores familiares considerados na pesquisa foram os que forneciam gêneros para a alimentação escolar. Além destes, as entidades representativas, a exemplo da EMATER e das Associações de Agricultores Familiares. Os gestores públicos foram representados como os responsáveis pelas atividades de planejamento e organização pública. Sendo assim, nutricionista, diretor de escola, técnico agrícola e coordenador da compra e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar foram entrevistados.

Nesse sentido, participaram das entrevistas semi-estruturadas os catorze agricultores familiares fornecedores de gêneros alimentícios para as escolas municipais, três presidentes de Associações de Agricultores Familiares, fornecedoras de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, a Nutricionista da Secretaria de Educação responsável técnica pelo Programa de Alimentação escolar municipal, o Técnico da EMATER da secretaria de agricultura, entidade representativa dos agricultores familiares, a coordenadora local das compras da agricultura familiar para a alimentação escolar e a diretora da escola selecionada (Escola Modelo Prof^a Cicera Germano). Totalizando, ao final, 21 atores sociais envolvidos na dinâmica da agricultura familiar e alimentação escolar.

3.4 COLETA DE DADOS

3.4.1 Instrumentos utilizados

Foram utilizados roteiros para as entrevistas semiestruturadas (Apêndices A, B, C, D, E, F). Todos os instrumentos utilizados foram elaborados de acordo com os objetivos propostos e na literatura científica que aborda a SAN colocando a agricultura familiar como estratégia de alcance desta.

3.4.2 Dinâmica da coleta

Com o objetivo de verificar o entendimento e adequação dos roteiros para as entrevistas semiestruturadas, realizou-se um pré-teste em outro município do Ceará. Nessa

ocasião, foram entrevistados 9 profissionais inseridos nas categorias contempladas no estudo. O pré-teste possibilitou perceber a adequação dos instrumentos quanto ao entendimento das perguntas e dos conteúdos abordados nas questões. Verificou-se ainda se os objetivos propostos no estudo estavam sendo contemplados nas questões, se no decorrer das entrevistas, novas questões poderiam surgir para serem inseridas posteriormente nos instrumentos aplicados.

Inicialmente, as idas a campo foram de caráter exploratório, provendo-se das informações mais gerais sobre o Programa de Alimentação Escolar no município junto ao Setor de Alimentação Escolar Municipal e, logo em seguida, o mesmo procedimento foi realizado junto a agricultura na Secretaria de Agricultura e EMATER local. Foram identificados os agricultores familiares e as associações de agricultores familiares habilitados para o fornecimento de gêneros para o respectivo programa. Diante desse primeiro contato com o campo, foi possível marcar as entrevistas com os atores-chaves.

Ao mesmo tempo, foi realizada pesquisa documental *on line* no Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2009), objetivando investigar o arcabouço legal e técnico referente ao processo de aquisição de produtos advindos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar.

Em um primeiro momento, para caracterizar o município escolhido foi realizado um levantamento de dados secundários, provenientes de censos estatísticos (IBGE), de banco de dados da EMATER local e da Secretaria de Educação. Buscou-se nessa etapa captar dados relativos às questões sociodemográficas, ao total de agricultores do município, total de agricultores familiares, além das questões mais gerais relativas ao Programa de Alimentação Escolar municipal e sua relação com a agricultura local.

Para as informações que diziam respeito aos indivíduos, seus conhecimentos e opiniões, foram elaborados roteiros de entrevista semiestruturada para orientar o diálogo com cada ator social entrevistado. Os roteiros foram elaborados de forma diferenciada para os que estavam diretamente envolvidos com a escolha dos alimentos a serem comprados, relativos ao Setor de Alimentação Escolar (nutricionista, coordenação, direção) e para aqueles envolvidos com a produção dos gêneros alimentícios (agricultores familiares e presidentes de associação de agricultores familiares).

As entrevistas foram realizadas nos locais onde as pessoas trabalhavam (escola, propriedade do agricultor, sede da associação) ou em algum lugar escolhido por elas (suas casas, depósito da alimentação escolar). Em todas as entrevistas, todos se retiravam de suas atividades laborais durante o tempo de realização. Todos os encontros foram previamente

agendados, sendo informado o teor da entrevista e o objetivo da pesquisa, sendo então solicitado o seu consentimento para participar através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices G, H, I, J, K e L).

No momento das inquirições procurou-se deixar o entrevistado tranqüilo e a vontade, convidando-o a responder a cada questão a partir de suas experiências. A linguagem das entrevistas foi condizente com o público a que se destinava, que por sua vez era bem variado em relação a escolaridade, para permitir um entendimento satisfatório das questões. Caso houvesse necessidade, as perguntas eram reelaboradas.

Figura O - Entrevista sendo realizada em mini-fábrica de alimentos



Além das entrevistas procurou-se levantar dados a partir de observações locais, por meio de registro em **Figura O - Entrevista sendo realizada em mini-fábrica de alimentos** mento permitiu captar informações e fenômenos que não seriam capazes de serem adquiridos por meio das entrevistas, permitindo uma apropriação da realidade a que se propunha discutir (MINAYO, 2010). As observações foram feitas em dias distintos na escola, no momento da entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo responsável, da confecção e distribuição das refeições, verificando as relações, os cenários, os comportamentos dos alunos, diretora e merendeiras. A observação também ocorreu nos locais de produção dos agricultores familiares, tendo o mesmo objetivo anterior. Além do diário de campo, outros recursos

audiovisuais foram empregados para registrar esses momentos, como máquina fotográfica e filmadora.

Outros documentos também foram coletados como os cardápios, última Chamada Pública realizada, Contrato dos agricultores familiares, Projeto de Compra e Venda dos agricultores familiares. As informações acerca das resoluções e leis nos distintos níveis de governo que tinha associação com o estudo também foram levantadas.

3.5 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A análise dos dados qualitativos foi realizada utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo Temática. Minayo (2010) afirma que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

A Análise de Conteúdo Temática seguiu as seguintes fases (MINAYO, 2010): a **Pré-análise**, onde se organizou o material e realizou-se uma “leitura flutuante” das informações coletadas (análise e conhecimento do texto, retomando objetivos, pressupostos e hipóteses).

Ainda nessa fase foi formada a “constituição do corpus” para cada entrevista realizada, organizando as informações coletadas quanto a sua validade qualitativa, como a *exaustividade*, considerando todos os aspectos levantados em cada pergunta; a *representatividade*, se garantindo a participação de cada grupo estudado; a *homogeneidade*, tendo assegurado a mesma técnica de coleta e *pertinência*, em que o material da entrevista foi considerado adequado para responder os objetivos do estudo. Após essa etapa, foram definidas as Unidades de Registro ou Núcleos de Sentido (palavras-chaves ou frase) e as Unidades de Contexto (parágrafo da entrevista onde estava localizado o núcleo de sentido).

A fase denominada **Exploração do material** visou alcançar o núcleo de compreensão do texto, para se alcançar as categorias temáticas. Por fim, a **Interpretação dos depoimentos**, onde realizou-se a distribuição das categorias e subcategorias temáticas encontradas, interpretação e discussão destas a luz do referencial teórico.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Ao ser abordado, o participante era esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa (analisar a dinâmica de abastecimento dos gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o Programa de Alimentação Escolar no

município) e ao fato de sua inclusão no estudo ser opcional, sem prejuízo para a sua rotina e vínculo funcionais. Em seguida, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES G, H, I, J, K, L) e somente após o mesmo ser assinado, iniciava-se a entrevista.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) - Campus I, sob o protocolo nº 0339/11 de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, v.12, n. 24, p. 268-306, 2010.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALBUQUERQUE, M. de F. M. de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22 n. 6, p. 895-903, 2009.

ALMEIDA, V. E. S. de; CARNEIRO F. F.; VILELA, N. J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 84-99. 2009.

ANJOS, F. S. dos. et al. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p. 529-548, 2004.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 07, n. 03, p. 319-326, 2007.

BELIK, W; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 22, n. 05, p. 595-607, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Brasília, 1996.

BRASIL. Decreto-**Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009**. Dispões sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009a.

BRASIL. Decreto-**Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 2006a.

BRASIL. Decreto-**Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006b.

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: **Constituição da República Federativa do Brasil, Tít. VIII, art. 196**, 1988.

BRASIL. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha.- Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v.1, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/FNDE/CD/nº 38**, de 10 de agosto de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dialogando sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada no contexto do SUS**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desafios e perspectivas na compra da agricultura familiar pra o PNAE**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 08 de Junho de 2011.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n. 10, p. 312-347, 2003.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 63-72, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. MDA/SAF/DATER-IIICA. Brasília, p.24, 2004.

CARDOSO, R. de C. V. et al . Programa nacional de alimentação escolar: há segurança na produção de alimentos em escolas de Salvador (Bahia)? **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 23, n. 5, 2010.

CARVALHO, D. G. de.; CASTRO, V. M. de. O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável. **In: VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica Cuiabá - Mato Grosso – Brasil**, 2009.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, nº 32, 2009.

CHAVES, L. G. et al . O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 6, 2009.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA —CONAB Web. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2010/2011** – Oitavo Levantamento - Maio/2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada – Indicadores e Monitoramento – da Constituição de 1988 aos dias atuais [**Relatório**]. Brasília, 2010.

COSTA, C. G. A. **Segurança Alimentar e Nutricional – significados e apropriações**. 2008. 306 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pesquisa avalia relação entre agricultura familiar e merenda**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/noticias-2010/2137-pesquisa-avalia-relacao-entre-agricultura-familiar-e-merenda>>. Acesso em 15 de Maio de 2011.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, 2007.

GUILHOTO, J. G. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário - 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro, 2010.

KAMIMURA, A.; OLIVEIRA de A.; BURANI, F de G. A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 217-223, 2010.

- MAGALHÃES, A. M. et al. A experiência recente do PROAF em Pernambuco: uma análise por meio de *propensity score*. **Econ. Aplic.**, v. 10 n. 1, p. 57-74, 2006.
- MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar. Brasília (DF): NEAD, 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 12 de novembro de 2011.
- MELO, C. O. de; PARRE, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, 2007.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MIOR, L.C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. *Chapecó*, p. 338, 2005.
- MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 3, 2007.
- PATRIARCA, M. C. S., CRUZ, A. F. da. Análise da capacidade gerencial de produtores familiares no cerrado mineiro. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 37, p.242-250, 2007.
- PESSANHA, L. D. R. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento – breve histórico. **Cadernos de debates**, Campinas, SP, v. XI, p. 1-37, dez. 2004.
- PREZOTTO, L.L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. **In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria**, 2000.
- Programa Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-aco/es/eixo2.htm>>. Acesso em 11 de novembro de 2011.
- RIBEIRO, E. M. et al. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 04, p. 1075-1102, 2007.
- ROCHA, F. E. de C. et al. Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: A Intenção de Pagamento do Crédito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22 n. 1, p. 44-52, 2008.

RODRIGUES, M. F. F.; LIMA, A. B. de. A agricultura Familiar sob a Ótica do Estado: uma leitura do PRONAF na Paraíba. In: **I simpósio Internacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2003.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002.4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 1931-1945, 2007.

SARTI, F. M.; CLARO, R. M.; BANDONI, D. H. Contribuições de estudos sobre demanda de alimentos à formulação de políticas públicas de nutrição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, 2011.

SCHNEIDER, S.; GERHARDT, T.; TRICHES, R. M. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. In: **IV Congreso Internacional de La Red SIAL**. Argentina, 2008.

SCHNEIDER, S.; MATTEI L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50. 2004.

SILVA, C. R.; GOBBI, C. B.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. rurais agroind.** Lavras, v. 7, n.1, p.70-81, 2005.

SPINELLI, M. A. dos S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 15, n. 1, 2002.

TEODORO, P. A. V. B. et al. Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento Sustentável. In: **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, 2005.

TOMASETTO, M. Z. de C.; LIMA J. F. de; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude soc.** [online]. São Paulo, v. 19, n. 4, 2010.

WEIS B, CHAIM N. A, BELIK W. Gestão eficiente da merenda escolar. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/fomezero/images/merenda.pdf>> Acesso em: 20 de jun., 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Instrumento de coleta de dados: Coordenador (a) da Alimentação Escolar Municipal

1-Com base no número de alunos matriculados nas escolas municipais, em torno de quanto o município recebe mensalmente do FNDE para comprar os gêneros alimentícios das escolas? Além desse montante, a prefeitura entra com algum valor?

2-De que maneira é realizada a seleção dos fornecedores para alimentação escolar? Quais critérios são utilizados para selecioná-los?

3-O (a) senhor (a) conhece os instrumentos legais que estabelecem e regem a compra de produtos advindos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

Sim () Não ()

Por favor, fale um pouco a respeito de como está sendo a dinâmica de abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar neste município, destacando qual o seu papel neste processo.

4-Quais as prerrogativas legais (documentação) que um agricultor familiar precisa seguir para ser capaz de fornecer seus produtos para as escolas deste município?

5-Quais os produtos adquiridos da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar neste município? Quais os critérios determinam os gêneros alimentícios a serem comparados destes fornecedores?

6-Qual a periodicidade que os pedidos são feitos aos agricultores familiares e de que maneira é realizada a entrega nas escolas?

7-Quais foram ou estão sendo os maiores desafios para a efetivação da compra da agricultura familiar, conforme determina a Lei?
Explique, por favor, a sua resposta.

8-Na opinião do senhor (a), quais foram ou estão sendo as maiores facilidades na dinâmica da compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar?

9-Quais setores no município são envolvidos nessa dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

10-O (a) senhor (a) pode elencar alternativas para que essa dinâmica seja efetivada e/ou facilitada nesse município?
Explique, por favor, sua resposta.

APÊNDICE B: Instrumento de coleta de dados: Diretor (a) de Escola.

1-De que maneira o senhor (a) ficou sabendo que a escola iria incorporar no cardápio produtos da agricultura familiar?

2-Que produtos a escola recebe da agricultura familiar?

3-Qual a regularidade da entrega desses alimentos?

Diário Semanal Mensal Não há regularidade

4-Que documento (os) o senhor (a) recebe no momento da entrega que comprova o recebimento dos gêneros alimentícios?

5-Como é realizada a dinâmica da entrega dos produtos dos agricultores em sua escola?

6-O senhor (a) percebe alguma dificuldade para receber os produtos advindos da agricultura familiar?

Sim Não

Explique, por favor, sua resposta.

7-O (a) senhor (a) percebe pontos positivos na incorporação desses produtos na alimentação dos escolares?

8-Diante das dificuldades expostas pelo senhor (a), pode elencar alternativas para que essa dinâmica seja efetivada e/ou facilitada nesse município?

Explique, por favor, sua resposta.

APÊNDICE C: Instrumento de coleta de dados: Nutricionista da Secretaria de Educação

1-O (a) senhor (a) conhece os instrumentos legais que estabelecem e regem a compra de produtos advindos da agricultura familiar para a alimentação escolar? Qual seu papel nesse processo? Sim () Não ()

2-Quais os parâmetros o (a) senhor (a) utiliza para confeccionar o (s) cardápio (s) das escolas?

3-De que maneira o (a) senhor (a) realiza a seleção dos produtos que serão comprados dos Agricultores Familiares? Faz uma busca para identificar quais produtos os agricultores cadastrados estão produzindo?

4-Todas as escolas do município recebem todos os produtos? Que critérios são utilizados para que determinado alimento seja direcionado a “x”escola?

4-O (a) senhor (a) pode descrever os pontos positivos da incorporação desses gêneros alimentícios na alimentação dos escolares?

5-O (a) senhor (a) pode descrever os pontos negativos da incorporação desses alimentos na alimentação dos escolares?

6-O (a) senhor (a) é capaz de elencar alternativas para que essa dinâmica de abastecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar seja efetivada e/ou facilitada nesse município?

Explique, por favor, sua resposta.

APÊNDICE D: Instrumento de coleta de dados: Técnico da EMATER

1-O (a) senhor (a) conhece os instrumentos legais que estabelecem e regem a compra de produtos advindos da agricultura familiar para a alimentação escolar? Qual seu papel e da secretaria nesse processo?

Sim () Não ()

2- O município de Araripe foi pioneiro na inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Fale um pouco dessa historia, do que motivou a administração local para que essa inserção acontecesse antes das recomendações em Lei do governo federal.

3-O que é necessário para que um agricultor esteja na situação de familiar?

4-Quais são os critérios utilizados para definir quais agricultores podem disponibilizar seus produtos as escolas municipais?

5-Existe alguma forma de organização de agricultores (cooperativas ou associações)? Quantas são?

6-A secretaria ou o município presta algum tipo de assistência/suporte técnico a elas? De que maneira?

7-Com que frequência realiza-se reuniões com os agricultores? Todos participam ou apenas os Associados? Fale um pouco mais sobre o que é discutido nestas.

8-O (a) senhor (a) pode descrever os pontos positivos no que se refere a venda desses gêneros alimentícios dos agricultores para alimentação escolar?

9-O (a) senhor (a) pode descrever os pontos negativos no que se refere a venda desses gêneros alimentícios dos agricultores para alimentação escolar?

10-O (a) senhor (a) pode elencar alternativas para que essa dinâmica seja efetivada e/ou facilitada nesse município?

Explique, por favor, sua resposta.

APÊNDICE E: Instrumento de coleta de dados: Presidentes das Associações de Agricultores Familiares

1-O que um agricultor precisa apresentar (documentação) para que esteja apto a fornecer seus produtos as Escolas do município?

2-Qual (ais) foi (foram) a motivação que levou a criação da Associação de Agricultores Familiares nesse município?

3-Quais são os requisitos necessários para que um agricultor participe da Associação?

4-Atualmente quantos agricultores estão associados? Todos fornecem produtos para as Escolas? Quem não fornece, qual o motivo?

5-O (a) senhor (a) consegue identificar pontos positivos e/ou negativos desde o surgimento da Associação para os agricultores familiares?

() Sim () Não

Explique, por favor, sua resposta.

6-Quais as facilidades e/ou dificuldades o senhor percebe na dinâmica comercialização dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores da Cooperativa para a alimentação escolar?

7-O (a) senhor (a) pode elencar alternativas para que essa dinâmica seja efetivada e/ou facilitada nesse município?

Explique, por favor, sua resposta.

APÊNDICE F: Instrumento de coleta de dados: Agricultores Familiares**EIXO 1- DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO FAMILIAR**

- 1-Quem administra essa propriedade (quem é o produtor familiar?)?
- 2-Qual a área total (em ha) de sua propriedade? Qual a opinião do senhor sobre a área total e o que produz? A área é suficiente?
- 3-Sua propriedade apresenta serviços públicos de água e energia elétrica?
- 4-O senhor utiliza adubos, agrotóxicos e/ou corretivos agrícolas?
- 5-Com relação ao uso da terra, esta é própria, arrendada, por parceria ou ocupação? Caso não seja própria, quanto paga por ela?
- 6-Quantas pessoas moram na sua casa? Qual a ocupação/fonte de renda destes? Qual o número de pessoas ocupadas na família na atividade produtiva?
- 7-Existe na sua área de produção familiar empregados permanentes, temporários e parceiros (empregados)? Quantos são?
- 8- Além das escolas, para onde mais o senhor fornece os produtos?
- 9- O que o senhor adquire vendendo os seus gêneros para as escolas é suficiente para o sustento de sua família?

EIXO 2- TIPO DE ORGANIZAÇÃO

- 1-O (a) senhor (a) participa de algum tipo de associação de agricultores? Qual?
- 2-O que levou o senhor a procurar a Associação para se tornar um membro? Quais as motivações?
- 3-Quais benefícios e/ou quais dificuldades a Associação trouxe para a produção e distribuição dos seus produtos?
- 4-Comente a sua relação com os outros agricultores da Associação. Vocês fazem reuniões de quanto em quanto tempo?

EIXO 3 – PRODUÇÃO

- 1-O que o senhor produz na sua propriedade?
- 2-O senhor utiliza algum tipo de maquinário na sua produção? E agrotóxicos? Fale um pouco mais.
- 3- Como é realizado o plantio, desde a aquisição das sementes até a colheita?
- 4- Com relação as sementes usadas no plantio, onde o senhor adquire? Elas são compradas ou disponibilizadas pelo Governo municipal?

5-O senhor possui alguma criação animal? De que maneira eles são criados? (soltos, em currais).

6-Quanto o senhor consegue produzir mensalmente ou semana de cada produto?

7-A produção do senhor (a) é utilizada para o auto-consumo de sua família? Se sim, quais são os produtos? Quanto do que é produzido é destinado para o consumo de sua família?

8-Quais produtos são destinados ao fornecimento da alimentação escolar? Quanto do que é produzido é destinado às escolas?

9-O (a) senhor (a) recebe algum tipo de crédito rural da prefeitura/governo para auxiliar na produção?

EIXO 4- DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AS ESCOLAS

1-Fale-me um pouco da dinâmica de distribuição dos gêneros alimentícios às escolas municipais, desde a saída de sua propriedade até chegar às escolas.

2-O (a) senhor (a) se reúne periodicamente (reuniões semanais ou mensais) com a Secretaria de Educação e/ou de Agricultura?

3-Na opinião do senhor (a), qual (ais) ponto (s) positivo (s) aponta no que se refere a comercialização de seus produtos as escolas municipais?

4-Na opinião do senhor (a), qual (ais) a (as) dificuldade (s) percebe para fornecer seus produtos as escolas do município?

5-Quais as suas sugestões para melhorar o processo de distribuição dos gêneros para a alimentação escolar?

APÊNDICE G: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado aos agricultores familiares para autorização de sua participação na pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

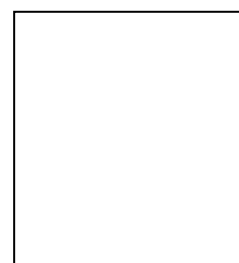
Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.



APÊNDICE H: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado ao diretor (a) de escola municipal para autorização de sua participação na pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.

APÊNDICE I: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado ao (a) Nutricionista da Secretaria de Educação municipal para autorização de sua participação na pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.

APÊNDICE J: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado ao (a) Coordenador (a) da Alimentação Escolar municipal para autorização de sua participação na pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.

APÊNDICE K: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado aos Presidentes das Associações de Agricultores Familiares para autorização de sua participação na pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.

APÊNDICE L: Termo de consentimento livre e esclarecido destinado ao Técnico da EMATER para autorização de sua participação na pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

PESQUISA: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da dinâmica de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em município da região Nordeste do Brasil”.

Prezado (a) Senhor (a),

Esse estudo tem por objetivo analisar a forma do abastecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar e destinados para a alimentação escolar, percebendo as facilidades e dificuldades desse tipo de abastecimento. Comunicamos que, não há quaisquer ônus, prejuízos ou riscos em potencial para os possíveis participantes.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista em que serão abordadas questões sobre a oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, solicitamos a sua autorização para registro deste encontro através de gravações, fotos e/ou filmagens e divulgação dos resultados em eventos da área de saúde e em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados o seu nome e as imagens serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e /ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal ou na sua atividade profissional.

As informações serão guardadas pelos pesquisadores responsáveis, não sendo, em momento algum, permitido o conhecimento por outras pessoas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da pesquisa

Assinatura do Entrevistador

Pesquisadores responsáveis

Amanda de Andrade Marques

Telefone: Celular – (88) 9990-5422/ Fixo – (88) 3521-6429

Alice Teles de Carvalho – (83)- 32167499

Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB) -Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – Cep. 58051-900 – João Pessoa – Paraíba – Telefones: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791.

APÊNDICE M

ARTIGO

Título: Reflexões de agricultores familiares relativas à dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o caso de Araripe-Ceará.

Title: Reflections of family farmers on the supply dynamics of family farming products for school feeding: the case of Ceará-Araripe.

Amanda de Andrade Marques^I, Maria das Graças Melo Fernandes^{II}, Ivonaldo Neres Leite^{III}, Rodrigo Toledo Viana^{IV}, Maria da Conceição R. Gonçalves^{IV}, Alice Teles de Carvalho^{IV}.

I Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição. Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Rua Lindolfo G. Chaves, 44 APT: 401. Bairro: Bancários João Pessoa-Pb. Email: amandanutri@yahoo.com.br

II Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Campus Universitário I – Cidade Universitária- CEP:58.059.900- João Pessoa-Pb

III Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Endereço: Rua Almino Afonso, 478- Centro- Mossoró/RN CEP: 59.610-210.

IV Professores Doutores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição. Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Campus Universitário I – Cidade Universitária- CEP:58.059.900- João Pessoa-Pb

Fonte de financiamento: CAPES, mediante a concessão de bolsa de mestrado.

Artigo submetido a Revista Saúde e Sociedade.

RESUMO

A busca por cardápios regionalizados e adaptados a cultura alimentar local sempre foi uma preocupação dos idealizadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro, o PNAE. No entanto, até a vigência da Lei 11.947/2009 e da Resolução nº 38 do FNDE, não havia um percentual definido para as compras adquiridas do agricultor rural familiar. A partir

de 2009, fica estabelecido que, do total dos recursos destinados a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, 30% deve ser advindo do agricultor familiar e de suas organizações. Nesse sentido, esse trabalho pretende analisar as reflexões dos agricultores familiares relativo a dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Trata-se de um estudo de caso, com técnica qualitativa por meio de entrevista semiestruturada no município de Araripe-Ce, onde foram entrevistados catorze (14) agricultores familiares fornecedores de gêneros alimentícios para as escolas. Verificou-se que nos depoimentos apareceram duas categorias principais: dificuldades e benefícios. Pode-se perceber que questões como o pagamento, transporte e estrutura física mostraram-se como os principais entraves para que essa prática fosse efetivada. Relativo aos benefícios, o que foi mais recorrente foi a oportunidade de emprego e renda que esse mercado os trouxe. Os resultados indicam a necessidade de ações por parte da gestão local para reconhecer o potencial agrícola da região, além de estabelecer parcerias com outros órgãos com vistas a melhorar capacitação desses agricultores para atender as especificações legais do programa e dessa forma garantir renda e sobrevivência das famílias rurais.

Palavras- chave: Agricultores familiares, Alimentação escolar, Programas de Alimentação e Nutrição.

ABSTRACT

The search for regionalized menus and adapted to local food culture has always been a concern of the creators of the National School Feeding Brazilian PNAE. However, until the enactment of Law 11.947/2009 and Resolution 38 of the FNDE nº 38, there was a defined percentage for purchases acquired rural farmer's family. From 2009, it is established that the total resources for the purchase of food for school meals, 30% should be a consequence of family farmers and their organizations. Thus, this study aims to examine the reflections of family farmers on the dynamics of the product supply of family farming for school feeding. This is a case study with qualitative technique for semi-structured interviews in the city of Araripe-Ce, where they were interviewed fourteen (14) farmers suppliers of food to schools. It was found that appeared in the depositions two main categories: benefits and difficulties. One can see that issues such as payment, transport and physical structure showed up as the main obstacles to this practice was effected. Relative to the benefits, which was more applicant was the opportunity of employment and income that market brought. The results indicate the need for action on the part of local management to recognize the agricultural potential of the

region, and establish partnerships with other agencies in order to improve training these farmers to meet the legal specifications of the program, thus ensuring income families and survival rural.

Keywords: Family farmers, School Feeding, Food and Nutrition Programs.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE é o programa de suplementação alimentar mais antigo, de maior abrangência e continuidade do Brasil. Em 2012, o PNAE movimentou R\$ 3,3 bilhões, para beneficiar 45 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos (FNDE, 2011). Sua instituição legal na década de 1950 aconteceu em decorrência de ações da sociedade civil que objetivavam combater a desnutrição infantil e de algumas experiências isoladas em estados e municípios (Turpin, 2009).

Desde a sua concepção inicial até os dias atuais, o programa tem passado por modificações em sua operacionalização e percebe-se avanços importantes, com relação a abrangência, gestão, conformação dos cardápios, diretrizes e articulação com outros setores além da educação (Teo e Monteiro, 2012). Desde 2005, a alimentação escolar faz parte de um dos eixos articuladores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), mudando de forma significativa o seu paradigma, inclusive a forma do atendimento (Carvalho, 2009).

No ano de 2009, a legislação do PNAE foi revisada a partir da aprovação da Lei 11.947, na qual abre-se um precedente histórico para a agricultura familiar brasileira. A referida Lei ampara esse setor em seu artigo 14^o uma vez que é explícito o apoio a agricultura familiar na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por estes para a alimentação escolar (Brasil, 2009).

Acredita-se que reconectar consumo e produção de alimentos mais sustentáveis contribuiria para a realocação, uma articulação mais estreita entre campo e cidade, ratificando o papel dos consumidores de alimentos como promotores de modelos de desenvolvimento mais equitativos e ambientalmente sustentáveis. Além disso, considera que há vantagens nesse processo tendo em vista o menor custo com transporte, a qualidade e confiabilidade dos alimentos e maior identificação com hábitos de consumo diferenciados (Triches e Schneider, 2010).

Nas últimas décadas, diante das transformações ocorridas na sociedade, o padrão alimentar tradicional tem sido substituído por alimentos com elevada carga de processamento,

ricos em açúcar, sal e gordura. Esse modelo é, portanto, o alicerce para o aumento de doenças crônicas não-transmissíveis e excesso de peso/obesidade (Sarti e col. 2009). Considerando o exposto, a alimentação oferecida nas escolas apresenta potencial para reconfigurar esse quadro, uma vez que a cadeia alimentar está sendo modificada com a articulação entre agricultura familiar e ambiente escolar.

Até meados dos anos 2000, a agricultura familiar era caracterizada por muitos autores como “pequena produção”, unidades de subsistência que comercializavam localmente o excedente produzido. Em um estudo realizado em convênio FAO/Incrá, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o trabalho *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto*, apresentava para o país a importância e a contribuição da agricultura familiar para o Brasil (MDA/FAO, 2000, Guanziroli e col. 2012).

Para Guanziroli e col. (2012) o termo agricultor familiar não deve ser visto como superioridade em detrimento daqueles não familiares. A designação trata-se de uma diferenciação de uma categoria que usa mão-de-obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção.

Dados do último Censo Agropecuário realizado em 2006 apontam a agricultura familiar como sendo responsável por parte considerável do abastecimento alimentar nacional. O Valor Bruto da Produção dos agricultores familiares em 2006 foi de R\$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total (IBGE, 2006). No entanto, apesar desses dados, os agricultores familiares não encontram tanta facilidade para acessar as redes de comércio, havendo a necessidade de “elos” para que os mesmos se vinculem a agentes econômicos e sociais (Kageyama e Hoffmann, 2007, Turpin, 2009).

Esse novo mercado aberto para o setor da agrícola familiar exige uma posição diferenciada sob a produção. Agora, é necessário que essa esteja adequada do ponto de vista nutricional, da qualidade e da quantidade. Além disso, deverão os agricultores adaptar-se a uma nova lógica de mercado, o chamado mercado institucional³.

Antes dessa prerrogativa legal, algumas experiências de compra e venda de produtos da agricultura familiar já existiam, via PAA ou por meio da legislação municipal que acreditava na viabilidade dessa iniciativa. O Boletim de Desempenho elaborado pela ONG

³ Mercado Institucional: aquele que envolve as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo (creches, escolas, hospitais), quanto as aquisições de caráter esporádico (aquelas que atendem às populações em casos de calamidade pública e as referentes às políticas de Estado e Programas de governo) (Maciel, 2008).

Fome Zero em 2007 traz uma visão geral dessa situação no país. Percebe-se a partir desse documento a pouca adesão dos municípios e estados à compra de gêneros da agricultura familiar para abastecer as escolas. Desde 1998 já havia uma mobilização para esse tipo de compra em municípios como Rolante e Dois Irmãos-RS (Triches e Schneider, 2010). Porém, essas ações eram pontuais e dependiam muito mais de vontade política e do incentivo da gestão municipal.

O agricultor familiar e/ou suas organizações são atores-chaves para que o processo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar seja efetivado. No entanto, a Legislação vigente do PNAE direciona os agricultores no sentido de organizar e investir na produção, na capacidade de atender a demanda requerida pelas escolas, na necessidade da articulação com outros agricultores familiares em forma de associação/cooperativas, objetivando assim, agregar valor aos seus produtos (Brasil, 2009).

Diante das modificações atuais nas normas que regem o PNAE, no qual dirige parte das aquisições de gêneros alimentícios do programa para os produtos da agricultura familiar, pretende-se analisar as reflexões de agricultores familiares relativo à dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Araripe-Ceará.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a investigação dessa temática, empregou-se o estudo de caso com abordagem qualitativa no município de Araripe-Ceará. Este foi escolhido como cenário do estudo por ter sido o primeiro da região Nordeste, de que se tem notícia, a adquirir produtos da agricultura familiar conforme Resolução nº 38 do FNDE/2009 e Lei 11.947/2009. Além disso, a experiência de compra e venda de produtos da agricultura familiar já havia sido iniciada em 2007 por meio do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA nesta localidade.

Foram incluídos no estudo catorze agricultores familiares fornecedores de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. As informações foram captadas por meio de entrevistas semiestruturadas, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos depoentes. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base nos objetivos do trabalho e antes da aplicação deste, o mesmo foi pré-testado em município diferente do pesquisado para avaliar sua aplicabilidade e confiabilidade.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba, aprovado sob protocolo de nº 339/11. A análise

dos dados qualitativos foi realizada seguindo os passos da análise de conteúdo temática (Minayo, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias utilizadas foram definidas a partir dos sentidos observados nas falas (material transcrito) dos agricultores familiares e da interação direta com o material empírico (observação *in loco*). Serão apresentadas duas categorias (dificuldades e benefícios) e as reflexões que surgiram em torno destas. Quanto as dificuldades: 1- Pagamento; 2- Transporte; 3- Estrutura física. Quanto ao benefício: 1- Oportunidade de trabalho e renda garantida.

As reflexões em torno da primeira categoria, dificuldades, apontam para o fato de que os agricultores familiares, apesar de terem capacidade produtiva para escoar a sua produção, sentem receio de fazer tendo em vista o atraso do pagamento. A fala a seguir é um exemplo. A agricultora participa de uma associação de fornecimento de iogurte e queijo para a alimentação escolar. Porém, em sua propriedade, afirma ter capacidade produtiva para vender macaxeira, mas devido os atrasos desiste: *“Já pensei em vender a macaxeira, botar macaxeira pra vender [...] ai meu esposo diz que demora muito o pagamento. Ele disse pra botar coisa pra vender pra demorar o pagamento, como estamos assim! Nós ficamos dois meses, já entramos nos terceiro sem pagamento, ai as vezes nós temos precisão (Agricultora E2).*

O gerenciamento do Programa de Alimentação Escolar e conseqüentemente o pagamento dos gêneros alimentícios é realizado pelo Ministério da Educação, via Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE. O repasse financeiro é feito diretamente aos estados, municípios e Distrito Federal, com base no Censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento. A transferência do recurso é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de Fevereiro, correspondente a 200 dias letivos (FNDE, 2013). É necessário que a administração municipal de posse desse recurso administre o tempo do pagamento dos agricultores individuais e das associações. Uma vez que a lógica desse mercado local é diferente dos mercados tradicionais. A matéria-prima, muitas vezes, é comprada em mercados pequenos na própria cidade e o pagamento deve ser feito em espécie.

Ainda nessa fala percebe-se que pode estar havendo um desconhecimento por parte da gestão da alimentação escolar da capacidade produtiva dos agricultores. Em suas propriedades gêneros *in natura* e regionais, como a macaxeira, poderia estar fazendo parte do cardápio escolar. O *Guia Alimentar da População Brasileira* recomenda a utilização de raízes e tubérculos, pelo seu conteúdo de carboidratos complexos e serem compostos por proteínas e

vitaminas do complexo B e outras vitaminas, minerais, ácidos graxos essenciais e fibras alimentares (Brasil, 2005)

O trabalho de Carvalho (2009) corrobora com de que alguns agricultores têm potencial para participar desse processo, no entanto, fatores como: falta de divulgação dos editais pelos órgãos públicos; atrasos e contratempos nos pagamentos, crença de que o governo não cumpre com seus compromissos nos prazos estipulados; falta de crédito e incentivos fiscais para atender à demanda, os afastam desse mercado. Acredita, ainda, que os gestores têm a função de desmistificar a idéia de estado “mau pagador” através de convênios com outros órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Em estudo realizado em Araraquara (Almeida e col., 2009) os principais produtos comprados dos agricultores familiares são mandioca, milho, abóbora, hortaliças, frutas e legumes da época. Parte destes é destinado via PAA para alimentação escolar, no entanto o autor afirma que a representatividade desse volume ainda era baixa. Analisando os entraves institucionais e organizativos encontrados para que essa prática fosse efetivada no município acima destaca-se a redução do número de produtores por conta da demora do repasse de pagamentos por problemas burocráticos, dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria, e produtores não se organizaram em associações, cooperativas, entre outros.

Os Conselhos de Alimentação Escolar –CAE, criado em 1994 a partir da descentralização do PNAE, tem em uma de suas funções analisar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos as Entidades Executoras do programa. É constituído por sete membros titulares, sendo um representante do poder Executivo, dois representantes de professores, alunos (maiores de 18 anos) ou trabalhadores da educação, dois representantes de pais de alunos e dois representantes de outro segmento da sociedade civil organizada (Fome Zero, 2004, Gallina e col., 2012). Esse espaço de participação que afirma o controle social é uma oportunidade da comunidade escolar, dos agricultores familiares discutirem essas questões relacionadas ao pagamento dos agricultores e assim, cobrar uma posição da administração municipal.

Ainda com relação ao tema pagamento, a fala a seguir demonstra a preocupação destes em manter o compromisso firmado com a prefeitura, mesmo havendo possibilidade de comprometer o orçamento familiar: “[...] *you pass from three to four months without receiving. It was always like that, since the beginning. If they paid every month it was good enough [...] Sometimes people have to sacrifice their economies to be able to keep the commitment (Agriculture E7).* No município de Concórdia (Turpin, 2009), agricultores familiares afirmaram que o compromisso de entregar semanalmente os produtos da merenda escolar os

profissionalizou, já que passaram a gerir melhor o seu negócio. Além disso, o aprendizado levou a um fortalecimento da Cooperativa de agricultores e estabeleceu-se uma aproximação com a administração municipal.

Outra reflexão que surgiu nessa categoria foi a falta de transporte específico da Secretaria de Educação para entregar os gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores nas escolas. Os produtores têm a responsabilidade de arcar com a sua produção e com todas as fases da dinâmica da entrega. No entanto, em suas falas percebe-se uma inquietação dos mesmos por terem “um gasto a mais” financiando as entregas semanalmente: “*A gente não tem transporte. A gente faz é pagar não é? Carroceiro pra carregar, entregar nas escolas, aí a gente [...] Se a gente tivesse um transporte pra transportar [...] era bom*” (Agricultora E2).

Por outro lado, de acordo com a Lei 11.947/2009 e a Resolução 38 do FNDE, pretende-se com essa iniciativa estreitar a relação campo e cidade, no entanto o “novo agricultor familiar” está desenvolvendo atividades e residindo também na zona urbana, sua vida não está mais exclusivamente ligada ao trabalho no campo, havendo a necessidade de buscar novas alternativas de sustento (Buainain e col., 2003). No município pesquisado, a seca os obriga a buscar novas alternativas de sobrevivência. Em Araripe, grande parte da produção familiar destinada as escolas provém de alimentos semiprocessados ou semielaborados⁴ (iogurte, pão-de-ló, sequilho, bolo, tapioca) em mini-fábrica de alimentos, situadas na área urbana da cidade. Esse fato pode estar acontecendo devido ao fator clima, onde produzir alimentos em mini-fábricas seja, talvez, a alternativa encontrada pela gestão para atingir o percentual estabelecido pelo FNDE.

Essa proximidade dos produtores com as escolas situadas na cidade pode ser considerada um fator positivo, no que se refere, por exemplo, a logística de entrega dos produtos nas escolas, uma vez que eles precisam subsidiar o transporte. Porém, em escolas localizadas na área rural, os gêneros produzidos na cidade nas mini-fábricas, não chegam com a mesma facilidade. Diante das observações *in loco*, percebeu-se que o abastecimento desses produtos é maior nas escolas situadas na cidade.

Na fala de um agricultor, sugere-se que a prefeitura arque com esse gasto, para que a renda com as vendas dos produtos não seja mais uma vez comprometida: *[...] Às vezes o transporte que leva essa merenda pras escolas, a gente paga pra ele, R\$15,00 cada viagem. Então eles poderiam deixar um carro pra vir fazer essas entregas pra gente já não ter essa*

⁴ Produto de origem vegetal ou animal utilizado como matéria-prima que necessite sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica, adicionado ou não de outras substâncias permitidas.

dificuldade de tá pagando, as vezes a moto dá o prego, outras vezes é o reboque que também quebra e fica aquela confusão pra entregar a merenda no horário certo pras crianças (Agricultor E5). Os municípios por vezes recebem recursos federais para investir em programas. Uma alternativa encontrada para o problema do transporte de gêneros em Concórdia foi a compra de um veículo para transportar os produtos, com recursos advindos do Programa Fome Zero.

Em outra fala, no entanto, o transporte (motoqueiro) financiado pela associação para entregar os produtos nas escolas foi considerado uma solução positiva, já que em outros tempos as dificuldades eram outras: [...] *já foi bem pior, nós contratamos um produtor de leite, que traz leite pra gente também, ele arrumou um reboque pra moto dele e ele quem transporta a nossa merenda. O problema antes era o transporte, nós sofremos muito no começo por que não tinha quem levasse. Um dia a Secretaria (de Educação) mandava, outro dia o motorista tinha que ir pra outros lugares... então a melhor solução foi essa de arranjar esse rapaz. Ele traz o leite pra gente e faz nossas entregas.* Em meio as dificuldades encontradas, os agricultores associados buscaram alternativas para não deixar de fornecer seus produtos as escolas.

Uma questão interessante a ser enfatizada é que alguns produtos da agricultura familiar são entregues na escola pelos agricultores, onde eles se deslocam de suas casas, a pé, e não precisam utilizar nenhum meio de transporte. Esse fato é uma maneira de estar contribuindo com o meio-ambiente, uma vez que não está havendo emissão de gases poluentes (Carvalho, 2009).

Ainda com relação as dificuldades, muitos deles falaram da estrutura física inadequada, vista por alguns deles como uma possibilidade de comprometer a regularidade das entregas dos produtos, como afirma essas agricultoras que fazem parte de uma associação fornecedora de iogurte e queijo:

Por que a gente tá já parando por falta do fogão que está num estado lá que só vendo! As panelas que a gente tem lá são emprestadas. Então pra gente só tá faltando chegar um repasse (financeiro), aí a gente vai poder comprar as coisas que estão faltando, por que senão vai parar, não tenho nem medo, nós não já paramos por que somos teimosas (Agricultora E2).

[...] *A gente tem o fogão todo “encarvoado”, o freezer é emprestado. Tudo da gente, a maioria das coisas é emprestada (Agricultora E13).*

[...] *É por que assim, as coisas que nós temos lá são tudo emprestado. O fogão não presta, é um sacrifício com aquele fogão (Agricultora E11).*

O recurso repassado a estados, município e Distrito Federal deve ser destinado apenas ao fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Os demais gastos relativos ao PNAE devem ser arcados pela administração local, tendo em vista que trata-se de um programa descentralizado. A Câmara municipal de Araripe aprovou um Projeto de Lei no qual fica estabelecido que as associações de agricultores receberão um repasse mensal em dinheiro para eventuais despesas, com o intuito de investimento em projetos produtivos, inclusive no investimento da estrutura física. No entanto, esse repasse não chegou a todas as associações. Além disso, agricultores individuais, não podem acessar esse auxílio financeiro.

As mini-fábricas de alimentos da cidade funcionam em casas alugadas, apenas uma delas tem sede própria. Em mais algumas falas vê-se a preocupação em comprometer parte do ganho com custos adicionais, ou seja, o que estão recebendo na associação é rateado para arcar outras despesas, como aluguel, água e energia. Ao final, não consideram suficiente para o sustento de suas famílias:

Uma dificuldade também é a cozinha que nós temos muita vontade de ter, uma cozinha pra trabalhar. Por que a gente ganha pouco ai paga R\$ 250,00 de aluguel, água e luz [...] (Agricultora E5).

A cozinha comunitária a gente não tem, a gente paga aluguel, se não pagasse aluguel recebia até mais um dinheirinho (Agricultora E13).

A gente paga aluguel, água e luz, a luz é cara, quase R\$ 100,00 (Agricultora E11).

[...] Por que a gente paga aluguel aqui com o trabalho, é dividido pra nós cinco, tudo é dividido, água, luz, aluguel, as coisas são compradas, depende do tanto que a gente ganha, as vezes a gente fica é quase sem nada por que tem que pagar pra voltar a comprar (Agricultora E4).

Além dos produtos citados adquiridos dos agricultores familiares (semielaborados) existe um produtor que fornece frutas, verduras e leguminosas em pequena quantidade e não chega a todas as escolas. Na sua área, o plantio é realizado por meio de mandala agrícola⁵. Questionado durante a condução da entrevista a respeito do problema da seca, que aflige o homem do campo, o agricultor respondeu que da maneira que é realizada a sua produção, a chuva é que seria um problema: [...] *na verdade pra irrigação esse tempo (seco) é bom, no inverno num é que é ruim não, é péssimo pra irrigação.* A principal dificuldade para manter o compromisso de fazer as entregas nas escolas é outro e não depende da natureza: A

⁵ Mandala ou Projeto Holístico de Produção e Sustentabilidade Ambiental Mandala (baseado na filosofia indiana) é um sistema de irrigação comunitária baseado em canteiros ao redor de uma fonte de água. O projeto teve origem no SEBRAE da Paraíba e hoje é implementado por uma série de entidades no sertão nordestino.

dificuldade da irrigação é a bomba que não ta dando pra irrigar... pra poder aumentar a produção precisa de uma bomba mais potente, por que com uma bomba mais potente joga água mais rápido, irriga mais depressa e tem como aumentar a produção (Agricultor E6).

O contrato desse agricultor foi realizado, porém não está conseguindo entregar a quantidade exigida pela prefeitura nas escolas: [...] *Por que é assim, as vezes tem semana que dá pra entregar, mas não adianta eu entregar uma semana e na outra semana não. Tem que ter! Você entregar e não faltar! Por que prejudica os cardápios que elas fazem lá na merenda delas por que segunda-feira é isso, ai, por exemplo, não ter aquilo ali, atrapalha!* Nota-se nesse depoimento que o agricultor percebe a importância da regularidade das entregas para que os cardápios sejam cumpridos.

Os preços de referencia praticados pelas entidades executoras devem considerar aqueles praticados pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além disso, não podem ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. Nas localidades em que não houver PAA, como é o caso do município em questão, os preços de referencia devem ser calculados baseando o valor da aquisição anual. Nessa questão, o preço pago pelos gêneros alimentícios, na visão dos agricultores, não é o que realmente vale: *O ponto negativo é, eles querem um produto de qualidade, de excelente qualidade, mas o preço não equivale, o preço que eles pagam não equivale ao que eles pedem. Por que os produtos que gente usa [...] a goma é boa, os produtos são bons (Agricultora E7); [...] O prefeito compra, mas compra barato demais (Agricultora E1)*

A matéria-prima cara pode ter sido ocasionada por conta do período de estiagem dos meses iniciais do ano de 2012, como afirma uma agricultora que vende tapioca: [...] *Quando você compra a goma, ta cara demais! “cento e pouco” o saco de goma. Você compra a margarina, o açúcar... tudo caro! Ta caro por causa da seca também, o inverno foi muito pouco.*

Os preços pagos pelas entidades executoras deveriam ser atualizados semestralmente, além de levar em consideração fatores climáticos, inflação sob os produtos, salário mínimo e outras questões. A seca em algumas regiões do semi-árido nordestino onera o preço das matérias-primas. Esse pensamento fica evidenciado nessa fala: [...] *por que os produtos eram mais baratos. A goma, por exemplo, no início era R\$ 80,00 o saco, hoje em dia nós compramos de R\$140/130,00 [...] e também assim todos os anos o salário sobe, as coisas, os produtos sobem e nunca os preços dos produtos que nós vendemos sobem ne? Tem tudo a ver! (Agricultora E8).*

O consumo de alimentos advindos da agricultura familiar e de suas organizações pode ser uma possibilidade viável para inserir socialmente setores que foram historicamente excluídos, como é o caso dos agricultores familiares, uma vez que sua produção é consumida pelos escolares, gerando mais renda e mais emprego para os agricultores. A Lei e a Resolução estimulam a organização dos agricultores em associações ou cooperativas. Tornar-se parte de um grupo exige espírito de coletividade, confiança, aprendizado, companheirismo. Essa dinâmica de grupo é fundamental para que as famílias de agricultores alcancem a qualidade e a regularidade que necessitam para abastecer as escolas.

Com relação aos benefícios, nas falas dos agricultores fica evidente que esse novo mercado trouxe para eles uma oportunidade de trabalho e renda garantidos. Ao mesmo tempo, a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar ampliou os fornecedores e abriu-se o precedente da dispensa de licitação e a possibilidade de negociarem e venderem seus produtos, sem a necessidade de intermediadores (Brasil, 2009). Essa visão é confirmada através do depoimento dessa agricultora: *Por que pelos menos tem como vender, num vende pra atravessador, vende direto ne? (Agricultora E3).*

Esse novo mercado garantiu não apenas a renda, mas a possibilidade de ter um emprego fixo, “garantido” como eles relatam, dinamizando a economia da cidade. Apesar de admitirem “ser pouco” o que recebem, consideram importante a continuidade desse serviço para subsidiar as despesas de casa, como pode ser relatado nos depoimentos: *Até agora eu não tenho vontade de desistir, por mais que a gente trabalhe só pra pagar eu não desisto, por que é o único trabalho que eu tenho durante esse tempo. Sempre trabalhava em casa de família, ai hoje eu trabalho aqui, as vezes a tarde até dez da noite [...] ai é a ajuda que eu tenho por enquanto (Agricultora E4).* Embora considerem pouco o que ganham, ficam satisfeitos em ter uma ocupação garantida e estarem incluídos socialmente.

Muitas dessas agricultoras já estavam aposentadas, trabalhavam em casas de família, faziam trabalhos informais e sem garantia alguma de retorno financeiro, moravam nos sítios, dependendo exclusivamente do que produziam na propriedade: *É como eu disse, tenho uma ocupação. Por que você ficar só dentro de casa sem fazer nada, quem trabalhou a vida inteira (Agricultora E3); Foi bom por que antes disso eu só tinha o meu dinheirinho se eu fizesse bolo confeitado, salgado, ai era quando apareciam essas coisas. Agora eu tenho meu dinheiro! (Agricultora E11).*

Consideram que esse dinheiro é uma “ajuda”, uma complementação necessária. Mesmo assim, falam em “falta de opção”: *Ajudou mais o nosso alimento de dentro de casa. Por que é um dinheirinho a mais, ajudou bastante [...] Por que é que ainda hoje eu estou*

aqui? Por que eu num tenho outra opção e o que tem é isso aqui [...] e me serve bastante assim mesmo (Agricultora E9); O emprego que eu posso arrumar é esse. Eu não tenho curso alto pra arrumar emprego (Agricultora E1).

Prezotto (2000) afirma que a agroindústria familiar é um instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento local sustentável devido a geração direta e indireta de postos de trabalho e renda para os agricultores, melhorando dessa maneira, sua qualidade de vida.

Em Dois Irmãos, o processo licitatório de compras públicas favorecia apenas o mercado varejista e atacadista, onde havia pouca preocupação com a qualidade os produtos oferecidos as crianças. Em 2009, dos recursos alocados para a alimentação escolar passou-se a utilizar 60% desse total para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Produtos como leite integral pasteurizado tipo C, néctar de uva orgânico, geléia e doces em pasta de frutas orgânicas, doce de leite, ovos de galinha caipira e de codorna, mel em pote e sachê, hortaliças e frutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de comercialização dos gêneros produzidos localmente por agricultores familiares para a alimentação escolar foi sem dúvida um ganho para a comunidade escolar, que está recebendo alimentos frescos, além disso, deu oportunidade de renda e trabalho para os agricultores familiares. No entanto, a lógica de funcionamento desse setor é diferente das grandes empresas, o que faz-se necessário que eles se adéquem a questões como qualidade sanitária, volume da produção, formalização e documentação, rotulagem dos produtos e outros. Para agregar valor aos produtos estão se organizando em associações e cooperativas, o que pode dar visibilidade, vendendo assim seus produtos para outros mercados além da alimentação escolar. O SEBRAE é um órgão que pode estar capacitando esses agricultores para as questões relativas a gestão, associativismo, cooperativismo e pequenas empresas.

Embora a resolução afirme a importância do resgate de hábitos e costumes alimentares regionais, com alimentos frescos e básicos, o que se percebe é que fatores como o clima, por exemplo, tem interferido nas decisões dos gestores na hora de montar os cardápios. Alimentos semi-elaborados (muitas vezes mais onerosos para a prefeitura), ricos em açúcar e gordura, são introduzidos no cardápio muitas vezes por falta de opção dos demais alimentos.

Faz-se necessário também a realização de levantamentos periódicos sobre o potencial regional dos municípios de produtos *in natura*, produzidos localmente, as principais culturas, criação de animais e outros. O desconhecimento pode estar favorecendo a compra de produtos

semielaborados, por vezes, mais caros para o município. Uma sugestão seria a realização de parcerias com universidades, órgãos como a EMATER, EMBRAPA, SEBRAE para que esses dados fossem levantados e divulgados. Estabelecer, por exemplo, anualmente ou semestralmente os alimentos da safra e entressafra, aqueles que mais sofrem variação de preço em relação ao clima, qual o potencial agrícola/agropecuário dos produtores da região. Identificar ainda quais deles tem potencial para atender a demanda requerida.

Apesar das dificuldades apontadas pelos agricultores familiares, esse tipo de compra governamental tem oportunizado um aumento na renda das famílias rurais e agregação de valor aos produtos por eles confeccionados. Mais estudos são necessários para analisar a aceitação por parte dos escolares dos produtos regionais na alimentação escolar. Tendo em vista que um dos objetivos dessa nova configuração do programa é fortalecer os hábitos alimentares, oferecendo produtos básicos e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA V. E. S. de, CARNEIRO F. F, VILELA N. J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva** v. 4, n. 4, p. 84-99, 2009.

BRASIL. Decreto-**Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009**. Dispões sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009a.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. 236p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos), 2005.

BUAINAIN A. M; ROMEIRO A. R; GUANZIROLI C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v.5, n.10, p. 312-347, 2003.

CARVALHO D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planej. Polít. Públicas**. n. 32, p.115-148, 2009.

DANELON, M. A. S., DANELON, M. S., SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. Campinas, 2006.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Alimentação Escolar. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2013.

GALLINA, et al. Representações sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos Discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 21, n.1, p.89-102, 2012.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n.2, p. 351-370, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza, segurança alimentar e saúde no Brasil. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.

MACIEL, L. R. Mercado Institucional de Alimentos: Potencialidades e Limites para a Agricultura Familiar. Brasília. Dissertação de Mestrado -Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Universidade de Brasília, p 115, 2008.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuito regionais. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MDA/INCRA/FAO. Cardim, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, fev. 2000.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria, 2000.

SARTI, F. M.; CLARO, R. M.; BANDONI, D. H. Contribuições de estudos sobre demanda de alimentos à formulação de políticas públicas de nutrição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 639-647, 2011.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saude soc.* [online]. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TURPIN, M. E. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

APÊNDICE N - REGISTRO EM DIÁRIO DE CAMPO

Associações de agricultores

- Relação entre os associados
- Fala era condizente ou não com a prática
- Relação dos associados com a gestão (secretaria de educação) e com a gestão (secretaria de agricultura)

Local de produção

- condições de trabalho
- número de pessoas envolvidas nessa produção
- principais dificuldades para produzir

Escola P. Cícera Germano

- entrega e recebimento dos produtos da agricultura familiar
- As pessoas responsáveis pelas entregas (agricultor ou não), o horário, as condições do produto
- quais produtos de fato estavam chegando na escola
- relação dos agricultores com a administração da escola

ANEXOS

ANEXO A: Certidão do Comitê de Ética

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 1ª Reunião realizada no dia 13/03/2012, o projeto de pesquisa intitulado: “O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DE ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL”, da Pesquisadora Amanda de Andrade Marques. Protocolo nº. 0339/11.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionado à apresentação do resumo do estudo proposto à apresentação do Comitê.


Pro.^a Eliane Marques de Azevedo
Coordenadora CEP/CCS

2. Fonte de recurso

Recursos provenientes do _____.

3. Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Formal

2.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

3. Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Informal

3.1. O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4. Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

4.1. No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

5. Das Amostras dos produtos

As amostras dos produtos _____ deverão ser entregues na (_____), Rua _____, n.º _____, (Município/UF), no dia _____ até o dia _____, até as _____ horas, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na (Escola ou Prefeitura) situado á Rua_____, n.º____, _____, nos dias _____, pelo período de (periodicidade, período em que compreende a entrega) a _____de 200____, na qual se atestará o seu recebimento.

6. Pagamento

6.1. O pagamento será realizado até _____dias após a última entrega do mês, através de _____ mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de _____no horário de _____, de segunda a sexta-feira, ou através do site _____;

7.2. Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;

7.3. Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf>;

7.4. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;

7.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

7.6. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

7.7. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da mencionada Resolução do FNDE.

(Município/UF), aos _____ dias do mês de _____ de 2009.

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)

Sec. Mun. de Educação e Cultura

ANEXO C: Modelo de Contrato**CONTRATO N.º /2009****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

A (nome da entidade executora), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) _____, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado _____ (nome do grupo formal) com sede à _____, n.º _____, em _____/UF, inscrita no CNPJ sob n.º _____, ou fornecedores do grupo informal (nomear todos e n.º CPF), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.º _____, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ___ semestre de 2009, de acordo com a chamada pública n.º _____, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para

Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até _____, _____ de 20____.

8. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º _____.
9. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

a . Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____).

b. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO (A) receberá o valor____(descrever todos os contratados e os respectivos valores de venda), totalizando ____ (valor total do projeto de venda).

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

_____ PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
 _____ PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – INDÍGENA
 _____ PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – QUILOMBOLA

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- f) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

- g) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- h) fiscalizar a execução do contrato;
- i) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º _____/2009, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- d) por acordo entre as partes;
- e) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- f) qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até _____ de _____ de 20____.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de _____ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____ (município), ____ de ____ de 20____.

CONTRATANTE

CONTRATADO

(Agricultores Familiares no caso de grupo informal)

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.